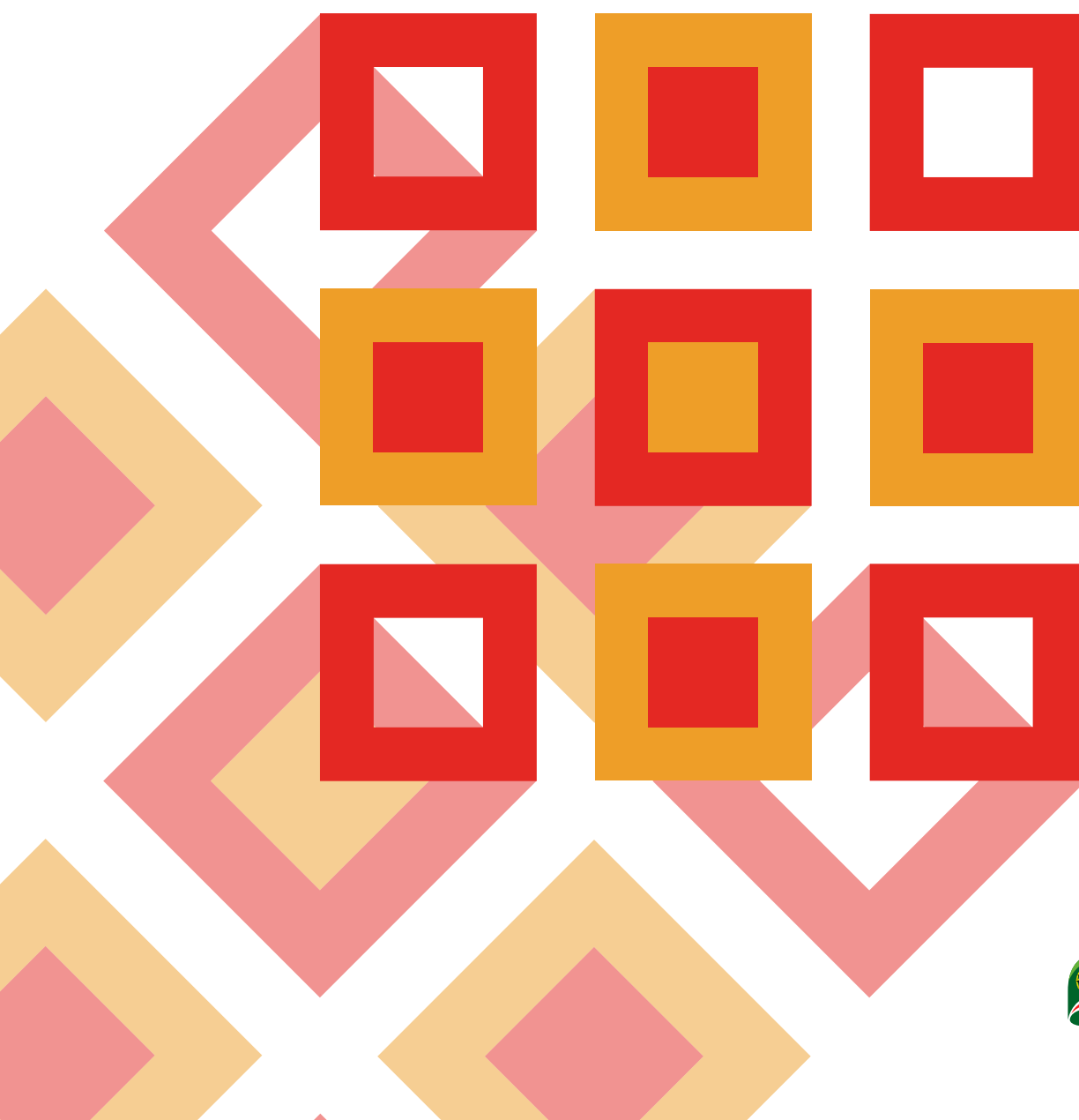


CARTA SOCIAL

Rede de Serviços e Equipamentos

Relatório 2020

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social



REPÚBLICA
PORTUGUESA

TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL

® Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2020

Coordenação: GEP/MTSSS

Colaboração: ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP (MTSSS), SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (MTSSS) e CPL – Casa Pia de Lisboa (MTSSS)

Email: cartasocial@gep.mtsss.pt

Página: www.cartasocial.pt; www.gep.mtsss.gov.pt

ISBN: 978-972-704-456-6

Título: CARTA SOCIAL - Rede de serviços e equipamentos - Relatório 2020

Autor: GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento

Suporte: Digital (PDF)

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor por GEP/MTSSS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Praça de Londres, n.º 2 - 5.º andar

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 211 155 000

Fax: (+351) 211 155 150

Lisboa, dezembro de 2021

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

CARTA SOCIAL

Rede de Serviços e Equipamentos

Relatório 2020



REPÚBLICA
PORTUGUESA

TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL



Gabinete de Estratégia
e Planeamento - MTSSS

Índice

1. Nota introdutória.....	11
2. Caraterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos.....	12
2.1 Entidades Proprietárias	12
2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas	12
2.1.2. Distribuição territorial	13
2.2 Equipamentos Sociais.....	15
2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas	15
2.2.2. Distribuição territorial	16
2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados.....	17
2.3 Respostas Sociais.....	18
2.3.1. Respostas sociais por população-alvo	18
2.3.2. Distribuição territorial	19
2.3.3. Respostas sociais novas	20
2.3.4. Evolução da capacidade instalada e do número de utentes	21
3. Respostas sociais por população-alvo.....	22
3.1 Crianças e Jovens	22
3.1.1. Número de respostas sociais	22
3.1.2. Capacidade.....	23
3.1.3. Distribuição territorial	24
3.1.4. A resposta social Ama.....	26
3.1.5 Taxa de cobertura.....	27
3.1.6. Taxa de utilização	28
3.1.7. Funcionamento	30
3.1.8. Caraterização dos utentes	33
3.1.9. A resposta social Educação Pré-Escolar	34
3.2 Pessoas com Deficiência ou Incapacidade	36
3.2.1. Número de respostas sociais	36
3.2.2. Capacidade.....	37
3.2.3. Distribuição territorial	38
3.2.4. Taxa de cobertura.....	39
3.2.5. Taxa de utilização	40
3.2.6. Funcionamento	41
3.2.7. Caraterização dos utentes	43
3.3 Pessoas Idosas.....	46
3.3.1. Número de respostas sociais	46
3.3.2. Capacidade.....	47
3.3.3. Distribuição territorial	48
3.3.4. Taxa de cobertura.....	50
3.3.5. Taxa de utilização	51
3.3.6. Funcionamento	52
3.3.7. Caraterização dos utentes	52

3.4 Família e Comunidade.....	55
3.4.1. Número de respostas sociais	55
3.4.2. Capacidade.....	56
3.4.3. Distribuição territorial	56
3.4.4. Taxa de utilização	57
3.4.5. A resposta/atividade de distribuição de Ajuda Alimentar	58
3.4.6. A resposta social Acolhimento Familiar	59
3.5 Pessoas Toxicodependentes.....	61
3.5.1. Número de respostas sociais	61
3.5.2. Capacidade.....	61
3.5.3. Distribuição territorial	62
3.5.4. Taxa de utilização	62
3.6 Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias	63
3.6.1. Número de respostas sociais	63
3.6.2. Capacidade.....	63
3.6.3. Distribuição territorial	64
3.6.4. Taxa de utilização	64
3.7 Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	65
3.7.1. Respostas sociais	65
3.7.2. Capacidade.....	65
3.7.3. Distribuição territorial	66
3.7.4. Taxa de utilização	66
3.8 Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados	67
4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público ..	69
4.1 Despesa de funcionamento	69
4.2 Participação da Segurança Social através dos acordos de cooperação	70
ANEXOS	71
Nomenclaturas e Conceitos	7

Índice de Figuras

Figura 1 Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 2000-2020 ¹	12
Figura 2 Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2020	13
Figura 3 Distribuição territorial das entidades proprietárias por NUTS II, segundo a natureza jurídica – 2020	13
Figura 4 Distribuição territorial das entidades proprietárias por distrito – 2020	14
Figura 5 Distribuição territorial das entidades proprietárias por concelho – 2020	14
Figura 6 Evolução do número de equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2020	15
Figura 7 Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2020	15
Figura 8 Distribuição territorial dos equipamentos sociais por NUTS II, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária – 2020	16
Figura 9 Distribuição territorial dos equipamentos sociais por distrito (A) e concelho (B) – 2020	16
Figura 10 Evolução da distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2020	17
Figura 11 Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos (A) e de equipamentos sociais encerrados (B), segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2020	17
Figura 12 Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2020	17
Figura 13 Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, Continente – 2000-2020	18
Figura 14 Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2020	18
Figura 15 Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo e distrito – 2020	19
Figura 16 Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo e NUTS II – 2020	19
Figura 17 Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2020	20
Figura 18 Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2020	20
Figura 19 Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito 2020	20
Figura 20 Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2020	21
Figura 21 Evolução da capacidade e do número de utentes, Continente – 2000-2020	21
Figura 22 Evolução do número das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2020 ¹	22
Figura 23 Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 2000-2020 ¹	22
Figura 24 Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2020	23
Figura 25 Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2020 ¹ ...	23
Figura 26 Evolução da capacidade, número de utentes e utentes participados na resposta social Creche, Continente – 2000-2020 ¹	23
Figura 27 Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho – 2020	24
Figura 28 Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2020	25
Figura 29 Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2020	25
Figura 30 Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2020	25
Figura 31 Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2010-2020 ¹	27
Figura 32 Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2020	28
Figura 33 Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2010-2020 ¹	28
Figura 34 Evolução do número de crianças dos 0-3 anos, do número de utentes e da capacidade em Creche, Continente – 2000-2020 ¹	29
Figura 35 Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2020 ¹	29
Figura 36 Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2020	29
Figura 37 Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2020	30
Figura 38 Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2020	30
Figura 39 Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2020	31
Figura 40 Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2020	31
Figura 41 Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2020	31

Figura 42 Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2020	32
Figura 43 Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2020	32
Figura 44 Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2020	32
Figura 45 Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de frequência diária das crianças, Continente – 2020	32
Figura 46 Distribuição percentual dos utentes das principais respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2020	33
Figura 47 Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2020	36
Figura 48 Evolução do número de respostas sociais CAO e Lar Residencial, Continente – 2000-2020	36
Figura 49 Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2020	37
Figura 50 Evolução da capacidade, número de utentes e utentes participados na resposta social CAO, Continente – 2000-2020	37
Figura 51 Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2020	38
Figura 52 Distribuição territorial da resposta social CAO, por distrito – 2020	38
Figura 53 Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2009-2020	39
Figura 54 Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2020	39
Figura 55 Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2010-2020	40
Figura 56 Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2020	40
Figura 57 Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2020	41
Figura 58 Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por período de funcionamento, Continente – 2020	41
Figura 59 Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2020	41
Figura 60 Distribuição percentual dos CAO por horário de abertura, Continente – 2020	42
Figura 61 Distribuição percentual dos CAO por horário de encerramento, Continente – 2020	42
Figura 62 Distribuição percentual dos CAO por tempo médio de frequência diária dos utentes, Continente – 2020	42
Figura 63 Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2020	43
Figura 64 Distribuição percentual dos utentes em respostas para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2020	43
Figura 65 Distribuição percentual dos utentes em CAO por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2020	44
Figura 66 Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2020	44
Figura 67 Distribuição percentual dos utentes em CAO (A) e em Lar Residencial (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2020	45
Figura 68 Distribuição percentual dos utentes em CAO com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente – 2020	45
Figura 69 Evolução do número das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2020	46
Figura 70 Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 2000-2020	46
Figura 71 Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2020	47
Figura 72 Evolução da capacidade, do número de utentes e utentes participados na resposta social SAD, Continente – 2000-2020	47
Figura 73 Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho – 2020	48
Figura 74 Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2020	49
Figura 75 Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2020	49
Figura 76 Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2020	49

Figura 77 Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2020	50
Figura 78 Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2020	50
Figura 79 Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2020	51
Figura 80 Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2020	51
Figura 81 Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2020	52
Figura 82 Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2020	52
Figura 83 Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2020	52
Figura 84 Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2020	53
Figura 85 Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia (A), ERPI (B) e SAD (C) por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2020	53
Figura 86 Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2020	54
Figura 87 Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2020	54
Figura 88 Evolução de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2020 ..	55
Figura 89 Evolução da capacidade de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2020	56
Figura 90 Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2020	56
Figura 91 Evolução da taxa de utilização de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2010-2020	57
Figura 92 Distribuição da reposta social Família de Acolhimento por distrito – 2020	60
Figura 93 Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2020	60
Figura 94 Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2020	60
Figura 95 Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2020	61
Figura 96 Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2020	61
Figura 97 Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, distrito – 2020	62
Figura 98 Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 2010-2020	62
Figura 99 Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2020 ..	63
Figura 100 Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2020	63
Figura 101 Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2020	64
Figura 102 Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2010-2020	64
Figura 103 Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2020	65
Figura 104 Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2020	65
Figura 105 Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito – 2020	66
Figura 106 Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2020	66
Figura 107 Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2020	69
Figura 108 Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2020	69
Figura 109 Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população alvo, Continente – 2020	69
Figura 110 Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2020	70

1. Nota introdutória

A **Rede de Serviços e Equipamentos Sociais** (RSES), enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, concretiza-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis. Esta, tem um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

A **Carta Social** (CS) - ferramenta essencial ao estudo da dinâmica da RSES – apresenta-se como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise, essencial para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento territorial e à preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio fundamental na linha de informação ao cidadão.

A atualização da informação da CS é realizada por via eletrónica, anualmente, pelas entidades que desenvolvem respostas sociais enquadradas na RSES, entidades com a resposta social Educação Pré-Escolar, desde 2015, e na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), desde 2019, possibilitando que as referidas entidades acedam a uma plataforma informática, através da *internet*, que lhes permite atualizar ou inserir novos elementos associados à atividade desenvolvida, modelo que, para além de desburocratizar o processo e reduzir os procedimentos administrativos, apresenta menos encargos financeiros. Paralelamente, é também considerada informação proveniente de outros serviços do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), designadamente o Instituto de Segurança Social, IP (ISS, IP) e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP (IGFSS, IP), que vem complementar a informação atualizada pelas entidades.

O presente relatório, que tem por base a informação obtida por referência a **31 de dezembro de 2020**, pretende dar a conhecer a dinâmica da evolução recente da RSES no território continental, apresentando as principais variáveis e indicadores de caracterização do comportamento das entidades, dos equipamentos sociais de suporte e das diferentes respostas sociais, assim como o esforço público que tem sido realizado ao nível do funcionamento. De referir, ainda, que o relatório que se apresenta integra, pela primeira vez, informação relativa à Ajuda Alimentar desenvolvida no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC).

2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

2.1 Entidades Proprietárias

No âmbito da RSES, é considerada **entidade proprietária** qualquer entidade, individual ou coletiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

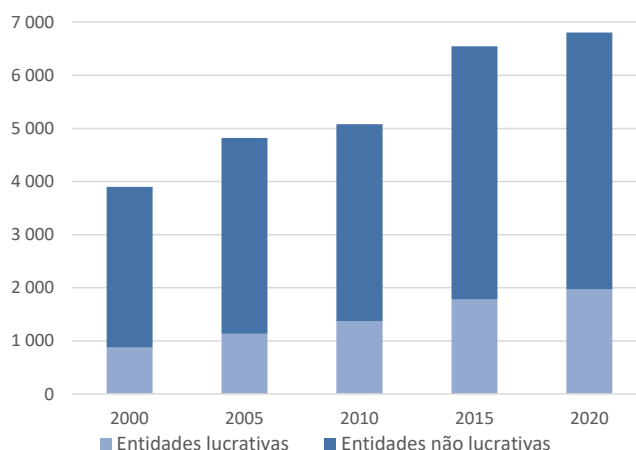
2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas

As entidades proprietárias de equipamentos sociais, no contexto da análise deste Relatório, são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As **entidades lucrativas** congregam as entidades particulares com fins lucrativos, enquanto as **entidades não lucrativas** compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de ação social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

O número de entidades proprietárias de equipamentos sociais apresentou, entre 2000 e 2020, um crescimento significativo, registando um aumento total de 74 % neste período.

Em 2020, por referência a 31 de dezembro, o universo de entidades proprietárias de equipamentos sociais¹ cifrava-se em 6 806, das quais 71 % correspondiam a entidades não lucrativas.

Figura 1 – Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 2000-2020¹

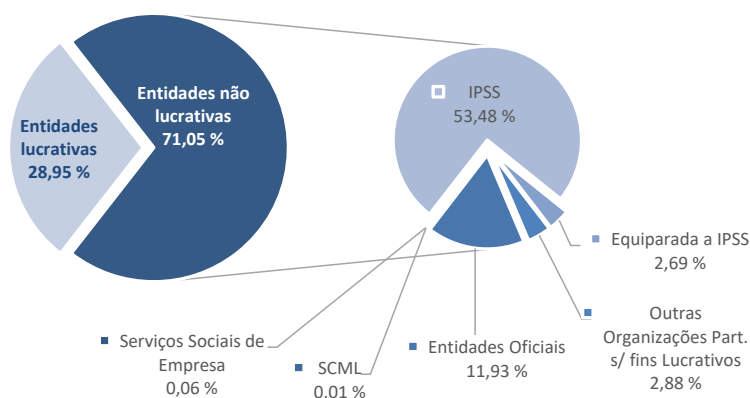


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

¹Revisão de série, com efeitos a partir de 2000, em função de alteração metodológica (contabilizadas apenas as entidades com equipamentos sociais).

¹ O universo engloba todas as entidades incluídas na RSES, entidades com a resposta social Educação Pré-Escolar, integradas na CS em 2015, entidades com unidades e/ou equipas que compõem a RNCCI, integradas na CS em 2019, e entidades que desenvolvem a resposta de Ajuda Alimentar no âmbito do POAPMC, integradas na CS em 2020.

Figura 2 – Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

2.1.2. Distribuição territorial

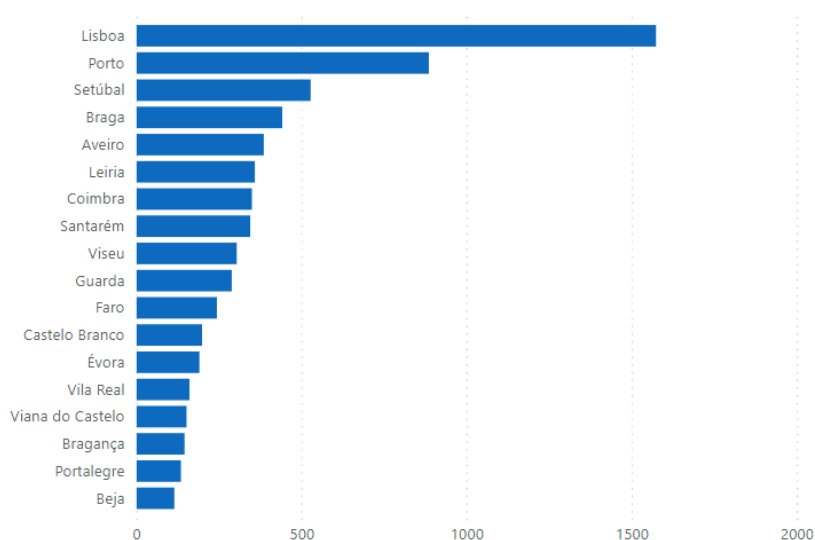
Do total de entidades com equipamentos sociais em funcionamento no Continente em 2020, 30 % encontrava-se na região Norte, seguindo-se as regiões Centro e Área Metropolitana de Lisboa (AML) (28,4 % e 28,1 %, respetivamente). A análise por natureza jurídica das entidades, revela que as entidades não lucrativas concentravam-se maioritariamente (64 %) no Norte e Centro, enquanto as entidades lucrativas tinham uma presença mais acentuada na AML (46 %).

Figura 3 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por NUTS II, segundo a natureza jurídica – 2020

NUTS II	Total (%)	Entidades lucrativas (%)	Entidades não lucrativas (%)
Norte	30,0	24,0	32,5
Centro	28,4	20,2	31,8
Área Metropolitana de Lisboa	28,1	46,4	20,7
Alentejo	9,8	5,6	11,5
Algarve	3,6	3,8	3,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

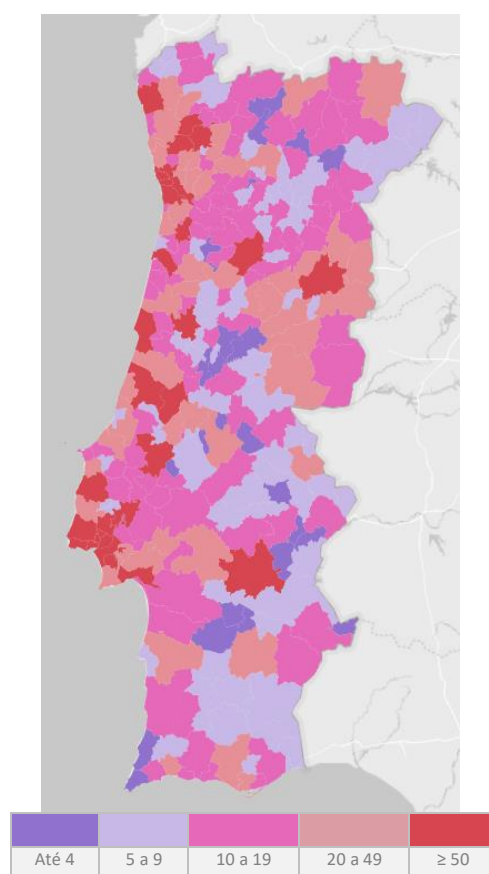
A nível distrital, Lisboa e Porto apresentavam, em 2020, o maior número de entidades proprietárias de equipamentos sociais, reunindo em conjunto 2 460 entidades, o que correspondia a 36 % do total.

Figura 4 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por distrito – 2020

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A nível concelhio, embora não se identificasse um padrão claro de distribuição, verificava-se uma maior concentração de entidades proprietárias de equipamentos sociais nos municípios ao longo da faixa litoral.

Dos 278 concelhos do Continente, 175 (63 %) reunia 10 ou mais entidades proprietárias de equipamentos em 2020.

Figura 5 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por concelho – 2020

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

2.2 Equipamentos Sociais

No contexto da análise deste Relatório é considerado **equipamento social** toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais, ou, onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas².

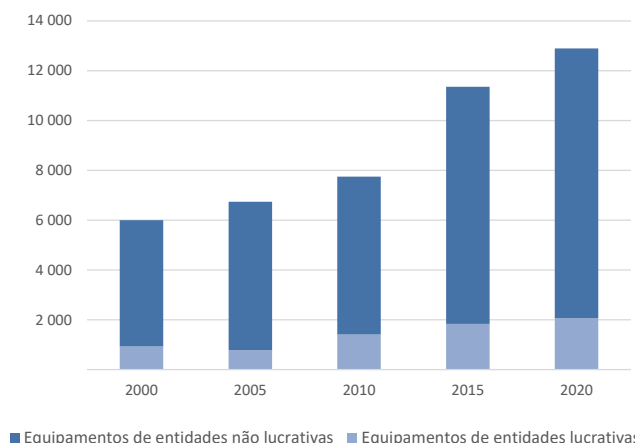
2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas

O número de equipamentos sociais em funcionamento tem evidenciado um crescimento considerável (115 %) entre 2000 e 2020.

Dos cerca de 12 900 equipamentos sociais em funcionamento, em 2020, 84 % eram propriedade de entidades não lucrativas, i.e., equipamentos das redes pública e solidária, o que revela a relevância destes setores no âmbito da proteção social às populações.

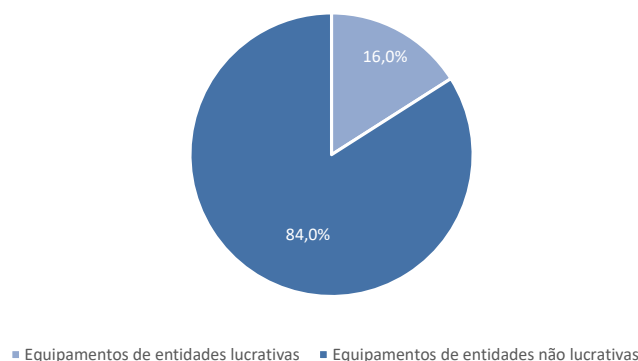
A proporção de equipamentos de entidades não lucrativas versus equipamentos de entidades lucrativas era, em 2020, de cinco para um.

Figura 6 – Evolução do número de equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 7 – Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

² Na presente análise o conceito de equipamento social é alargado a todas as estruturas físicas onde se desenvolve a valência de Educação Pré-escolar, a todas as estruturas onde funcionam ou servem de suporte a unidades ou equipas de cuidados continuados integrados, assim como no âmbito da resposta de Ajuda Alimentar do POAPMC.

2.2.2. Distribuição territorial

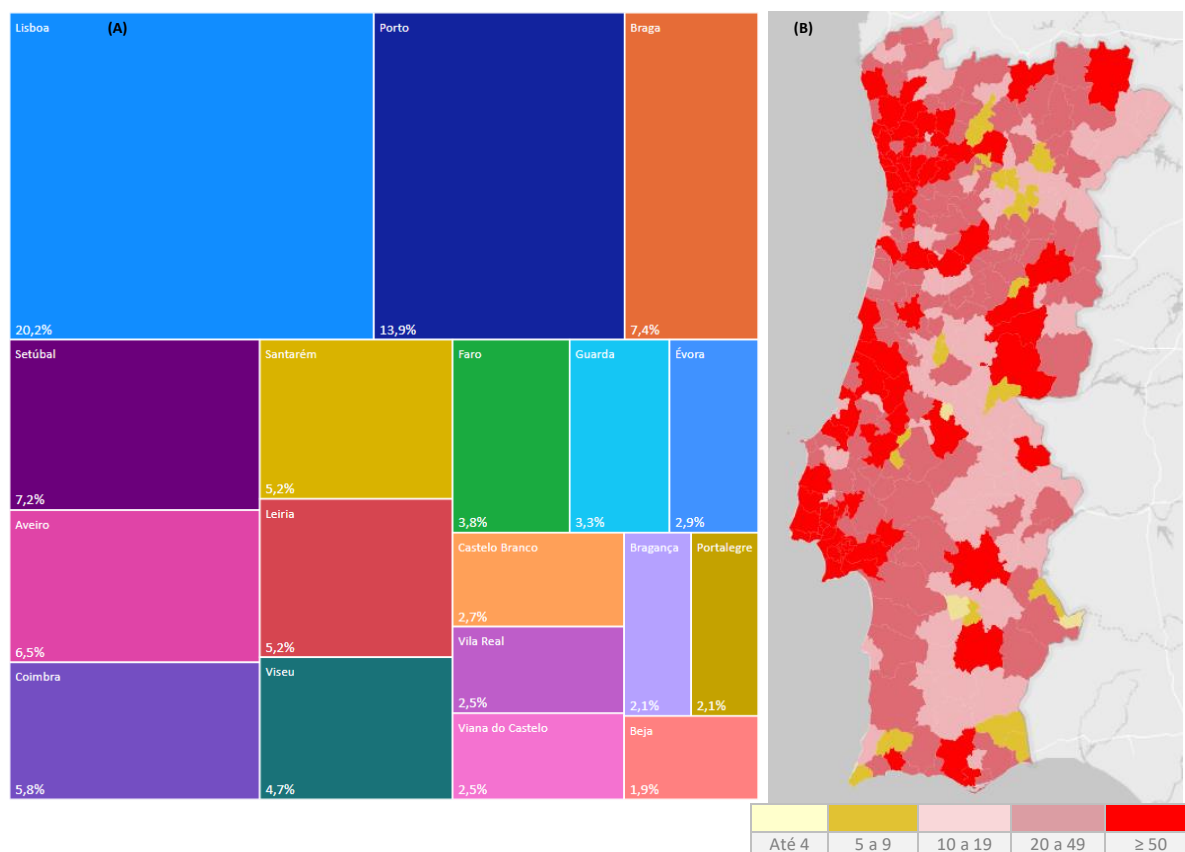
Num cenário semelhante ao das entidades proprietárias, a região Norte apresentava, em 2020, a maior proporção do total de equipamentos sociais (33 %), assim como de equipamentos de entidades não lucrativas (34 %). Paralelamente, a AML concentrava um maior peso relativo de equipamentos de entidades lucrativas (47 %).

Figura 8 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais por NUTS II, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária – 2020

NUTS II	Total (%)	Equipamentos de entidades lucrativas (%)	Equipamentos de entidades não lucrativas (%)
Norte	32,5	23,6	34,2
Centro	28,7	20,3	30,3
Área Metropolitana de Lisboa	24,5	46,6	20,3
Alentejo	10,5	5,6	11,4
Algarve	3,8	3,8	3,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 9 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais por distrito (A) e concelho (B) – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

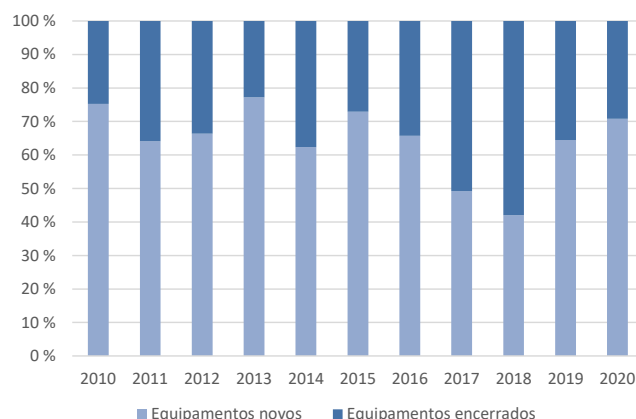
A distribuição territorial dos equipamentos sociais indica uma disseminação destas infraestruturas por todo o Continente, sendo notória uma maior concentração nos distritos e concelhos dispostos ao longo da faixa litoral do território. A nível concelhio dos 278 municípios do Continente, 174 (63 %) dispunha de vinte ou mais equipamentos.

2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados ³

O número de equipamentos sociais que entraram em funcionamento e o número dos que encerraram registaram, no período 2000-2020, variações anuais distintas, porém, é de realçar a predominância de equipamentos que entra em funcionamento face ao número de encerramentos.

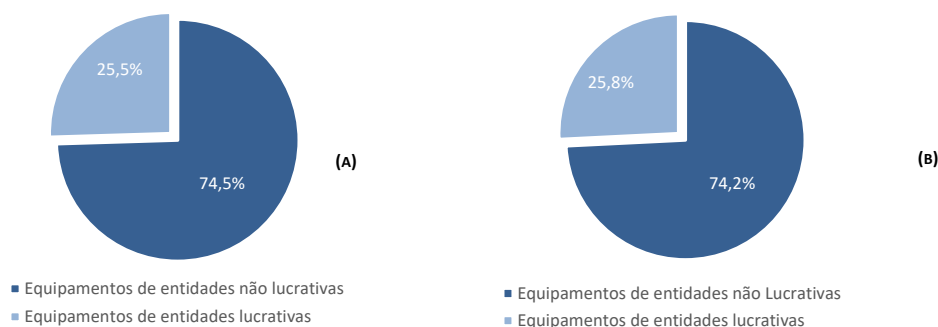
Em 2020, os equipamentos de entidades não lucrativas representavam cerca de 75 % do total de equipamentos que iniciaram atividade e 74 % do universo de equipamentos que encerraram nesse ano.

Figura 10 – Evolução da distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

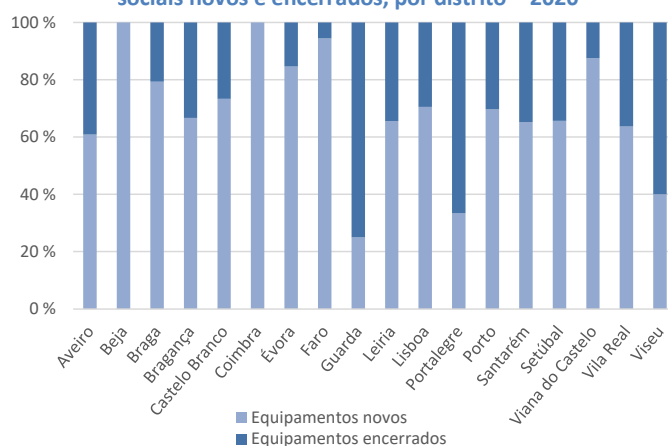
Figura 11 – Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos (A) e de equipamentos sociais encerrados (B), segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A nível distrital, quase todos os distritos do Continente (15 em 18) apresentavam uma maior proporção de equipamentos novos face a equipamentos encerrados, à exceção da Guarda, Portalegre e Viseu.

Figura 12 – Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

³ Consideram-se equipamentos sociais novos e equipamentos sociais encerrados os equipamentos que entraram em funcionamento e cessaram atividade no ano em análise, respetivamente.

2.3 Respostas Sociais

No âmbito desta análise consideram-se **respostas sociais**⁴ o conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidas em equipamentos, ou a partir destes, vocacionadas para o apoio a pessoas e/ou famílias. As respostas sociais enquadradas na RSES dirigem-se a toda a população numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais. Todavia, existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a grupos alvo enquadrados em quatro grandes áreas: (1) **Crianças e Jovens**; (2) **Pessoas com Deficiência ou Incapacidade**; (3) **Pessoas Idosas** e (4) **Pessoas com outras problemáticas**, no âmbito da **Família e Comunidade**.

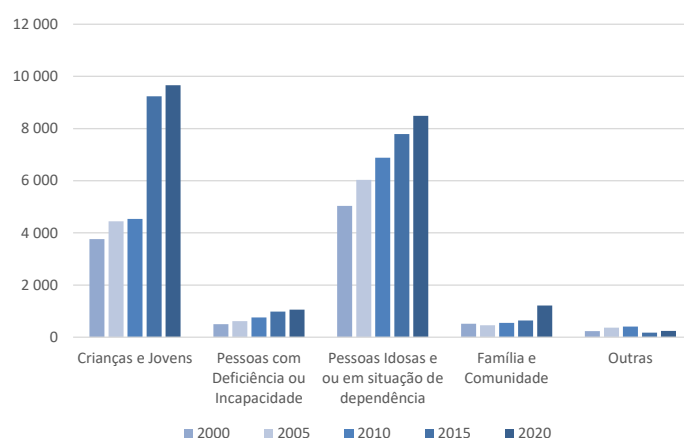
2.3.1. Respostas sociais por população-alvo

O número total de respostas sociais que compõem a RSES, e que integram a Carta Social, apresentou um crescimento significativo (106 %) entre 2000 e 2020.

As respostas dirigidas a Crianças e Jovens (46,77 %) e as que se destinam ao apoio a Pessoas Idosas e/ou Situação de Dependência (41,08 %) representavam, em 2020, 87,9 % do universo.

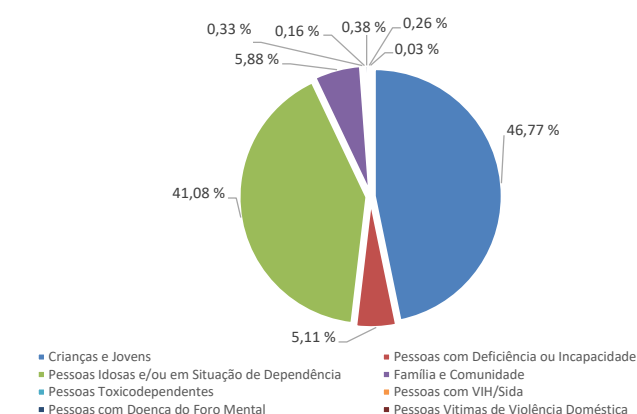
É de salientar que, no ano de 2020, com a integração e contabilização na CS da Ajuda Alimentar, desenvolvida no âmbito do POAPMC, as respostas que visam o apoio à Família e Comunidade observaram um aumento considerável, representando nesse ano 5,88 % do total.

Figura 13 – Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 14 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2020

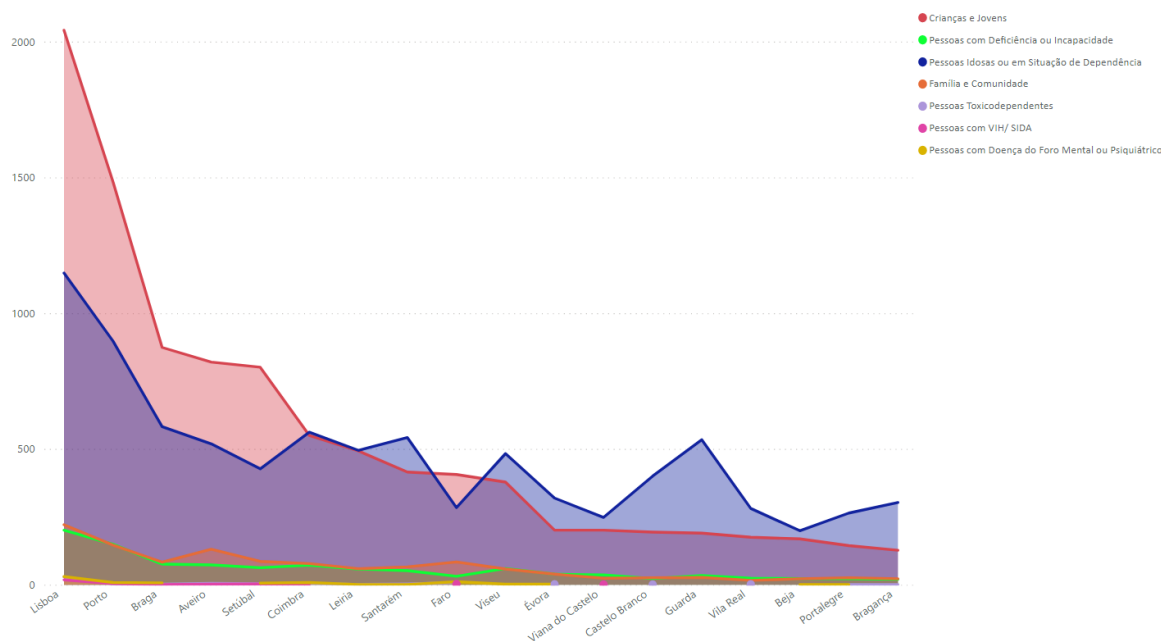


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

⁴ Na análise do presente Relatório, o conceito de *resposta social* é alargado à Educação Pré-escolar, às unidades e equipas de cuidados continuados integrados que integram a RNCCI, assim como à resposta de Ajuda Alimentar no âmbito do POAPMC.

2.3.2. Distribuição territorial

Figura 15 – Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo e distrito – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas às diferentes populações-alvo, em 2020, revelava uma disseminação por todo o território continental. É de salientar, contudo, que os distritos de Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Setúbal e Faro registavam o número mais elevado de respostas destinadas a crianças e jovens, enquanto nos restantes distritos prevalecia um maior número de respostas direcionadas para o apoio à população idosa e/ou em situação de dependência.

Figura 16 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo e NUTS II – 2020

NUTS II	Crianças e Jovens (%)	Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (%)	Pessoas Idosas e/ou em Situação de Dependência (%)	Família e Comunidade (%)	Outras (%)
Norte	34,0	33,1	31,5	30,4	21,2
Centro	26,6	29,3	36,7	29,2	17,8
Área Metropolitana de Lisboa	26,8	22,9	15,2	22,2	43,6
Alentejo	8,4	11,7	13,2	11,3	7,1
Algarve	4,2	2,9	3,3	6,9	10,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

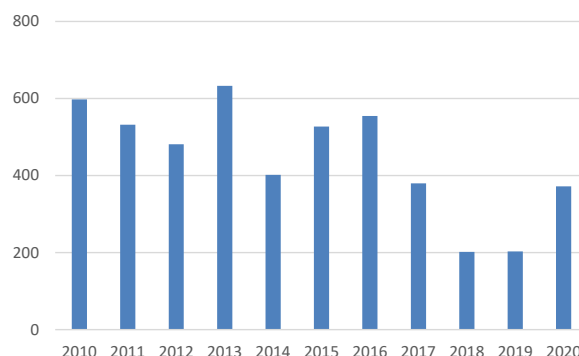
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A região Norte apresentava, em 2020, um peso relativo superior de respostas dirigidas a crianças e jovens, pessoas com deficiência ou incapacidade e à família e comunidade, enquanto a região Centro registava mais de $\frac{1}{3}$ da oferta de apoio a pessoas idosas e/ou em situação de dependência. A oferta de respostas dirigidas a grupos específicos, designadamente pessoas com doença do foro mental, toxicodependentes e com VIH/ SIDA, continuava a ser superior na AML.

2.3.3. Respostas sociais novas ⁵

O número de respostas sociais que entraram em funcionamento no período 2010-2020 revela algumas oscilações, em resultado da dinâmica da própria RSES. Em 2020, foram contabilizadas cerca de 370 novas respostas⁶, 41 % das quais, aproximadamente, nos distritos de Lisboa e Porto.

Figura 17 – Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Do total de respostas que entraram em funcionamento, em 2020, 66,9 % eram geridas por entidades não lucrativas, particularmente da rede solidária, o que revela o dinamismo das entidades que integram a economia social.

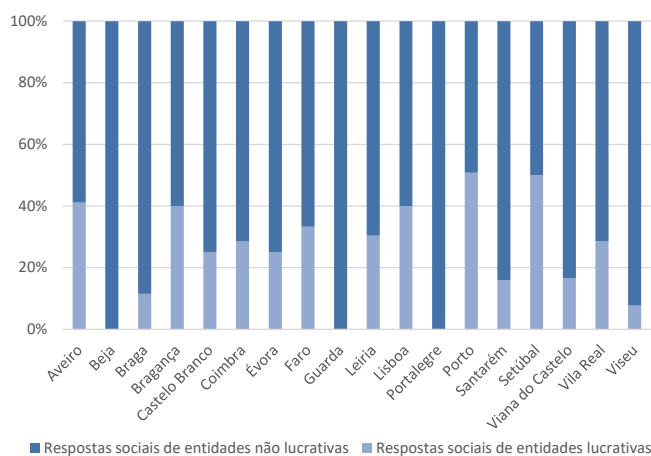
Figura 18 – Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A maioria dos distritos do território Continental, à exceção do Porto, apresentaram, em 2020, uma proporção maioritária de novas respostas propriedade de entidades não lucrativas.

Figura 19 – Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito – 2020



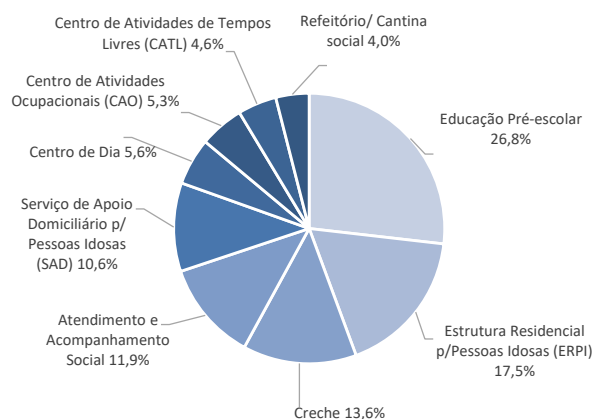
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

⁵ Consideram-se respostas sociais novas as respostas que entraram em funcionamento no ano de 2020.

⁶ Não foram consideradas nesta análise as respostas de Ajuda Alimentar integradas na CS em 2020, uma vez que nem todas iniciaram atividade em 2020.

No que diz respeito à tipologia das respostas sociais que entraram em funcionamento⁷, no ano em análise, cerca de 34 % eram dirigidas a Pessoas Idosas (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia).

Figura 20 – Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2020

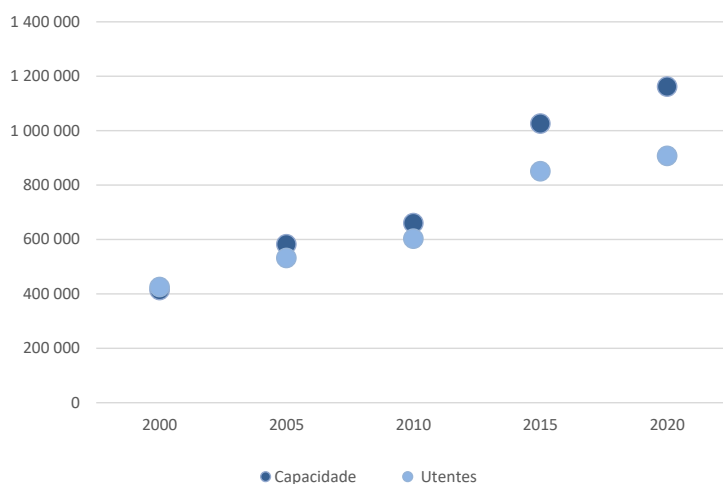


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

2.3.4. Evolução da capacidade instalada e do número de utentes

No período 2000-2020, o universo total de respostas sociais que integrava a CS apresentou um crescimento da capacidade instalada (número total de lugares) em torno de 181 %, contabilizando-se, em 2020, cerca de um milhão, cento e sessenta e um mil lugares⁸.

Figura 21 – Evolução da capacidade e do número de utentes, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

De referir, ainda, que o número total de utentes que frequentava o universo de respostas cifrou-se, em 2020, em novecentos e sete mil, traduzindo uma quebra, por relação a 2019, de 2,3 p.p., sobretudo notória em algumas respostas, conforme será analisado nos próximos capítulos, e que poderá estar relacionado com a pandemia por COVID-19.

⁷ Foram consideradas nesta distribuição as tipologias de resposta que apresentaram 10 ou mais registos novos no ano de 2020. Não foram consideradas nesta análise as respostas de Ajuda Alimentar integradas na CS em 2020, uma vez que nem todas iniciaram atividade em 2020.

⁸ Este valor inclui o número de lugares nas respostas de Educação Pré-Escolar, Unidades e Equipas de Cuidados Continuados integradas e Ajuda Alimentar registados na CS, para além das restantes respostas que integram a RSES.

3. Respostas sociais por população-alvo

3.1 Crianças e Jovens

As respostas sociais dirigidas a **Crianças e Jovens** englobam a **Creche e a Ama**⁹, que visam o apoio à primeira infância (crianças até aos 3 anos de idade), a **Educação Pré-Escolar**¹⁰, o **Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)**, o **Centro de Acolhimento Temporário (CAT)**, o **Lar de Infância e Juventude (LIJ)** e o **Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP)**, entre outras com menor expressão.

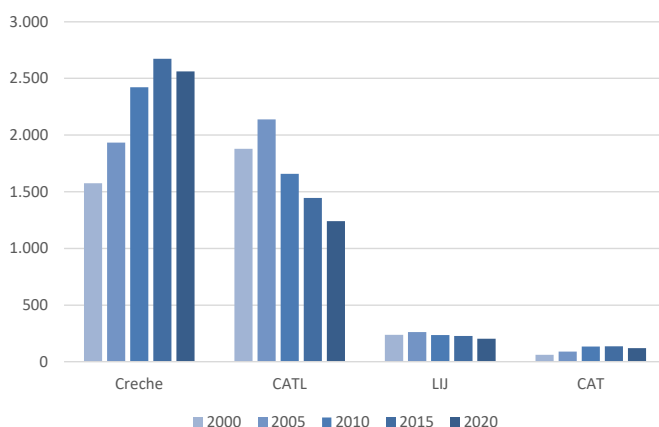
3.1.1. Número de respostas sociais

As principais respostas sociais para Crianças e Jovens¹¹, embora com evoluções distintas no período 2000-2020, designadamente a redução acentuada do número de respostas de CATL por oposição à Creche, registaram um crescimento total em torno de 10 %.

A Creche, resposta com maior peso relativo no âmbito do apoio a esta população-alvo¹², ainda que apresente um ligeiro recuo nos últimos anos, registava, em 2020, um crescimento de 63 %, por relação a 2000.

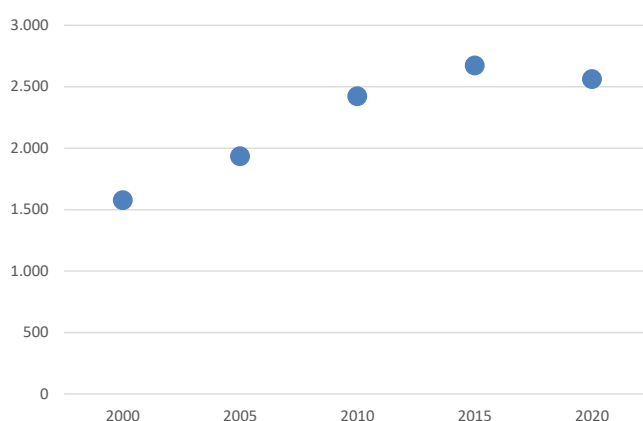
Em 2020, contabilizaram-se no Continente 2 561 Creches, 77 % das quais propriedade de entidades não lucrativas, colocando em evidência a importância

Figura 22 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2020¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017

Figura 23 – Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 2000-2020¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017

⁹ Resposta social que consiste no exercício de atividade de ama, destinada a cuidar na sua residência de crianças até aos três anos de idade, ou até atingir a idade de ingresso no estabelecimento de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento dos pais ou de quem exerce as responsabilidades parentais (família).

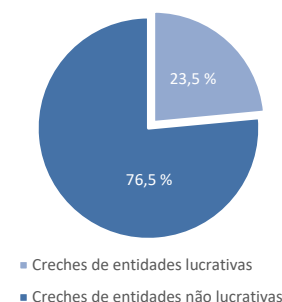
¹⁰ Atendendo que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na CS pela primeira vez em 2015 será analisada de forma autónoma, não sendo tratada no âmbito das principais respostas sociais para Crianças e Jovens.

¹¹ Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres, Lar de Infância e Juventude e Centro de Acolhimento Temporário.

¹² Atendendo que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na CS, pela primeira vez, em 2015 continuará a ser analisada de forma autónoma, não sendo tratada no âmbito das principais respostas sociais para Crianças e Jovens.

que as entidades da rede solidária desempenham ao nível dos cuidados à 1.ª infância.

Figura 24 – Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

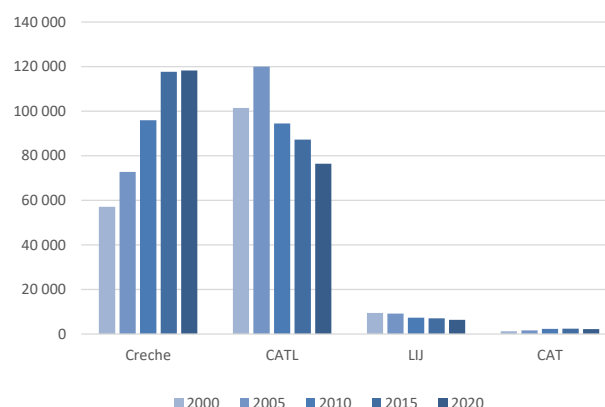
3.1.2. Capacidade

A capacidade/número de lugares das principais respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens¹³ registou, entre 2000 e 2020, um crescimento de 20 %.

O número de lugares em Creche, resposta com maior desenvolvimento neste grupo, fixou-se em 118 280, traduzindo um crescimento de 107 % no período 2000-2020, 64 % dos quais comparticipados pelo Estado através de acordos de cooperação com entidades da rede solidária¹⁴.

O número de crianças que frequentava esta resposta fixou-se, em 2020, em 98 196 crianças, valor que revelou um decréscimo de cerca de 2 900 crianças, por relação a 2019, e que poderá refletir uma menor procura num ano marcado pela pandemia por COVID-19.

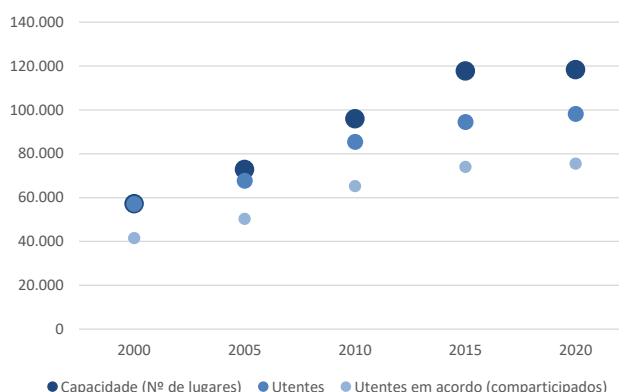
Figura 25 – Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2020¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

¹Quebra de série a partir de 2017

Figura 26 – Evolução da capacidade, número de utentes e utentes comparticipados na resposta social Creche, Continente – 2000-2020¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

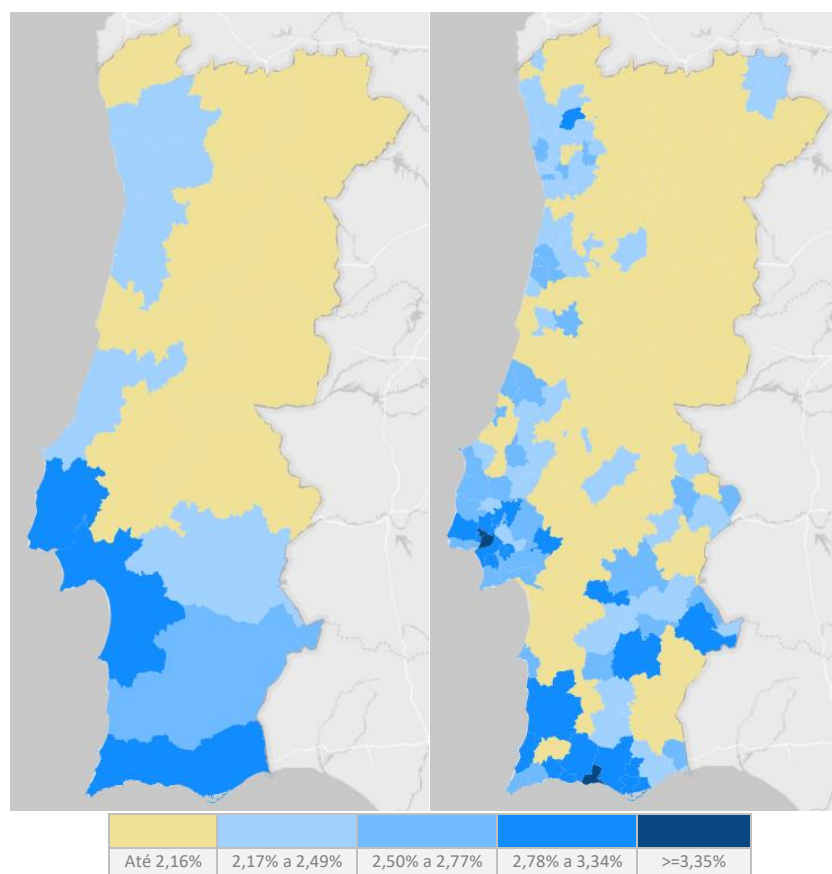
¹Quebra de série a partir de 2017

¹³ Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres, Lar de Infância e Juventude e Centro de Acolhimento Temporário.

¹⁴ O Protocolo de Cooperação estabelecido bianualmente entre os Ministérios da Educação (ME), MTSSS e da Saúde (MS) e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Mutualidades Portuguesas (UM) e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, de 29 de novembro, que define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

3.1.3. Distribuição territorial

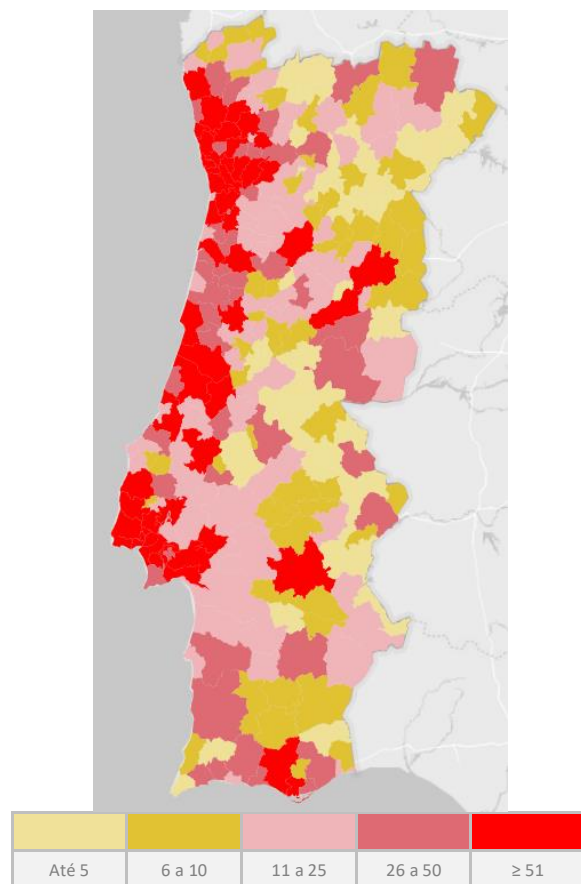
Figura 27 – Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho – 2020



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2020

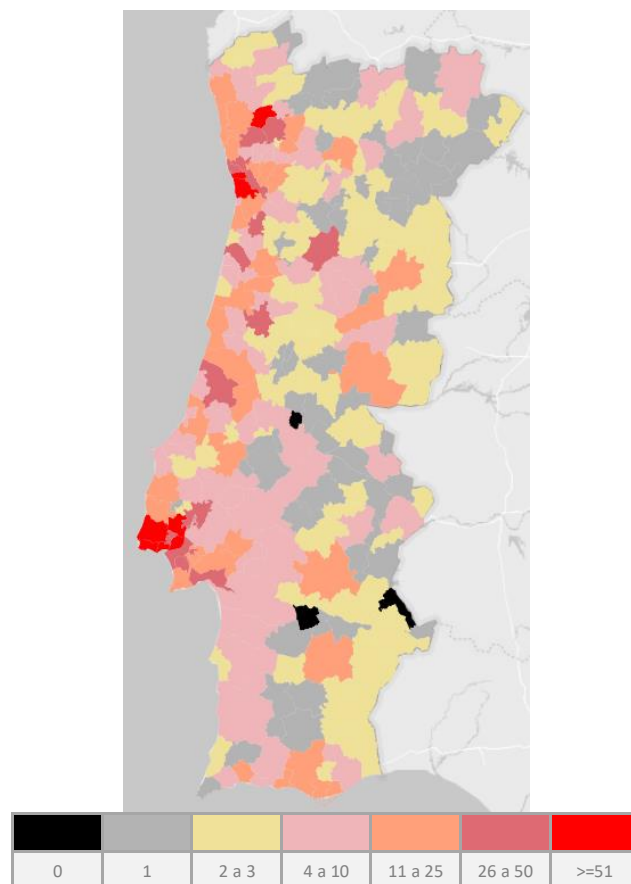
A relação entre população dos 0 aos 3 anos de idade e a população total no Continente reflete as diferenças existentes no país. Os territórios localizados ao longo da faixa litoral norte, mas também no Alentejo e Algarve apresentavam, em 2020, as maiores percentagens de crianças com idade inferior a 3 anos, enquanto os do interior norte e centro do país, registavam maioritariamente as menores. A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo tem seguido, de alguma forma, este padrão de distribuição populacional, registando-se uma maior concentração de respostas nos territórios com maior proporção de crianças. Em 2020, 48 % dos concelhos (133) do território continental dispunha de quatro ou mais Creches. Os concelhos de Sardoal, Alvito e Mourão constituíam os concelhos onde, ainda, não existia qualquer oferta de Creche.

Figura 28 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

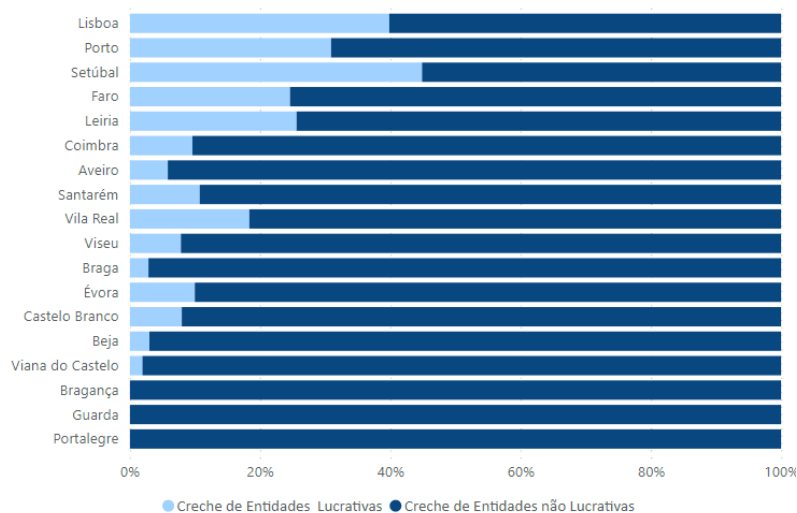
Figura 29 – Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A oferta de Creches propriedade de entidades não lucrativas era maioritária no território continental em 2020. Apenas os distritos de Setúbal (45 %), Lisboa (40 %) e Porto (31 %) registaram um peso relativo de Creches de entidades privadas-lucrativas superior a 30 %.

Figura 30 – Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2020



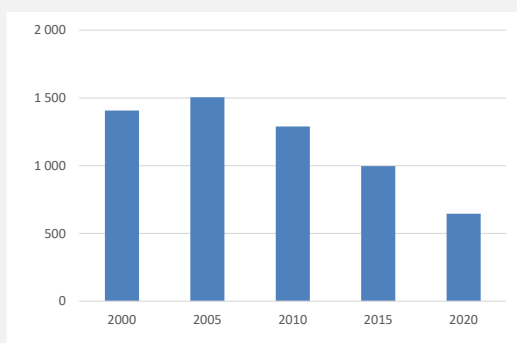
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.1.4. A resposta social Ama

A **Ama** consiste num serviço prestado por pessoa idónea que apoia as famílias através do acolhimento de crianças (no máximo 4) até aos 3 anos de idade ou até atingirem a idade de ingresso nos estabelecimentos de educação pré-escolar, na sua residência, durante um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais (família). É desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa devidamente licenciada para o efeito pelo ISS, IP ou desenvolvida no âmbito de uma instituição de enquadramento, designando-se, nesse caso, por Creche Familiar.

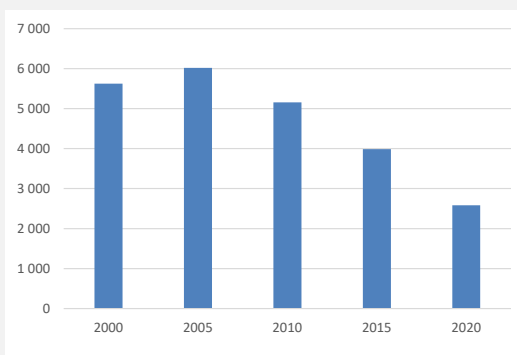
A CS, no âmbito do processo de atualização da informação, recolhe, por via administrativa¹, os dados relativos à atividade de Ama, motivo pelo qual a análise desta resposta é feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis. Em 2020, contabilizaram-se 646 Amas, valor que evidencia um decréscimo de 6,4 p.p. por relação a 2019, e de cerca de 50 % face à situação existente em 2000. O enquadramento legal² para exercício da atividade de Ama sofreu alterações ao longo deste período, que poderão ter efeitos na evolução. Quanto à capacidade desta resposta, valor que tem em conta o número máximo de crianças que cada Ama pode acolher, em 2020 cifrou-se 2 584 lugares, o que reflete inevitavelmente a tendência de decréscimo da resposta.

Evolução do número de respostas sociais Ama, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Evolução da capacidade da resposta social Ama, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

¹ A informação relativa à resposta social Ama é recolhida e atualizada por via administrativa, não sendo alvo de atualização pelas entidades.

² O Decreto-Lei n.º 115/2015, de 22 de junho, estabelece os termos e as condições para o acesso à profissão de ama e o exercício da respetiva atividade, bem como o regime sancionatório aplicável àquela atividade.

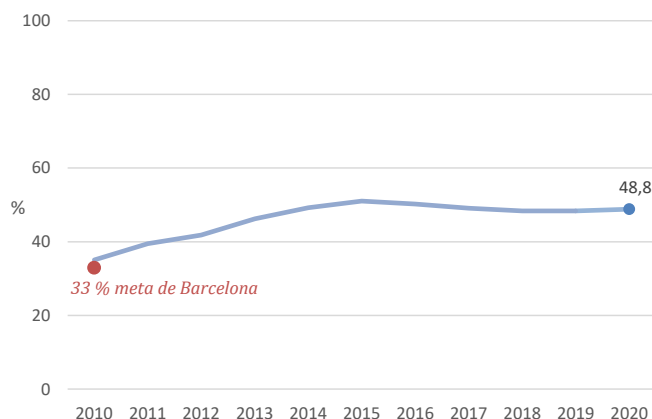
3.1.5 Taxa de cobertura

A taxa de cobertura¹⁵ das respostas sociais para a 1.ª infância¹⁶ registou, entre 2010 e 2020, um crescimento de 39 %, acompanhando o aumento do número de lugares em Creche. Em 2020, a taxa de cobertura média no Continente situou-se em 48,8 %.

Em termos territoriais, 89,2 % dos concelhos do Continente (248 em 278) apresentavam, em 2020, uma taxa de cobertura acima de 33 %¹⁷ e 61,5 % dos concelhos (171 em 278) registavam uma taxa de cobertura acima da média no Continente (48,8 %).

Os distritos de Setúbal (45 %), Lisboa (44 %) e Porto (35 %) mantinham-se, em 2020, os territórios com menor cobertura face à população residente. Em situação oposta, os distritos da Guarda (81 %), Portalegre (80 %) e Castelo Branco (70 %) registaram, em 2020, as taxas de cobertura de repostas para a 1.ª infância mais elevadas.

Figura 31 – Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2010-2020¹



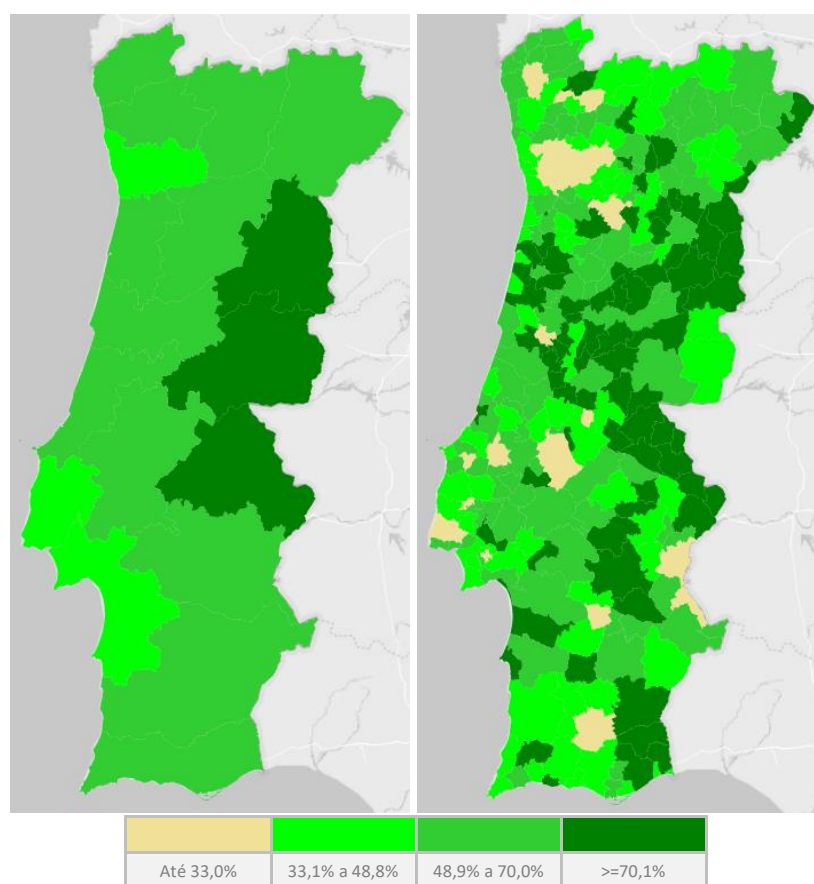
Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2020
GEP-MTSSS, Carta Social

¹Quebra de série a partir de 2017

¹⁵ Para o cálculo da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência das respostas em análise: (capacidade total das respostas Creche + Ama / população 0 aos < 3 anos) × 100.

¹⁶ Creche e Ama.

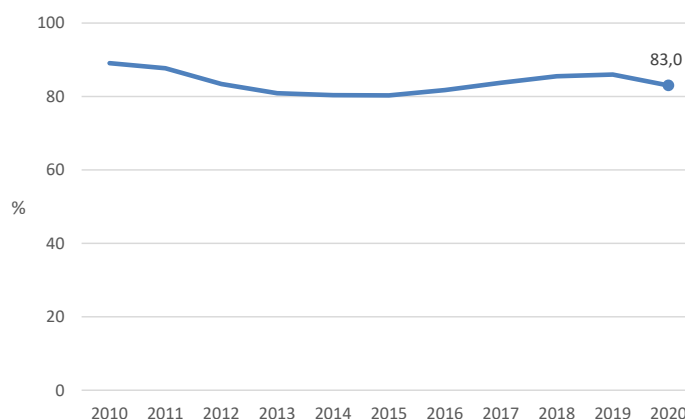
¹⁷ Em 2002, foi definida no Conselho Europeu de Barcelona uma meta em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com o objetivo de, até 2010, ser assegurado o acolhimento de 33 % das crianças com menos de 3 anos.

Figura 32 – Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2020

Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2020
GEP-MTSSS, Carta Social

3.1.6. Taxa de utilização

A taxa de utilização¹⁸ média das respostas para a 1.ª infância¹⁹ no Continente registou, em 2020, um decréscimo de três pontos percentuais face a 2019, refletindo a diminuição do número de utentes que frequentava a resposta de Creche, em 2020, fixando-se, em 83 %.

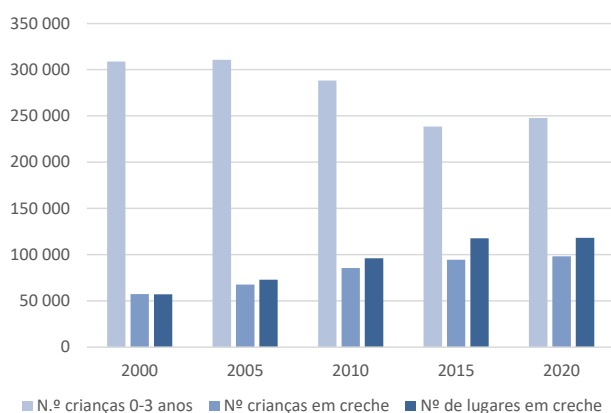
Figura 33 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2010-2020¹

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017

¹⁸ Para o cálculo da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes das respostas em análise: (número total de utentes das respostas Creche + Ama / capacidade total das respostas Creche + Ama) × 100.

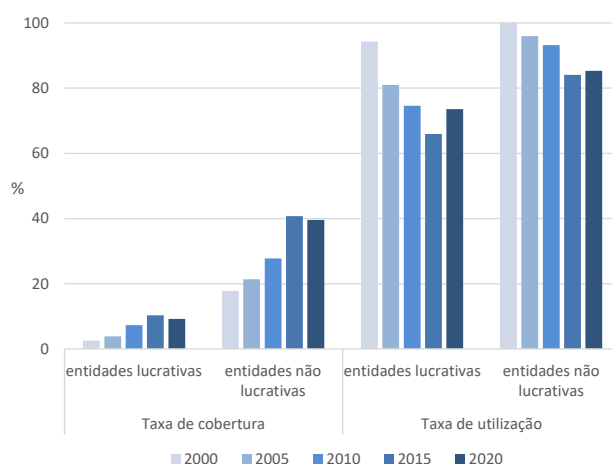
¹⁹ Creche e Ama.

Figura 34 – Evolução do número de crianças dos 0-3 anos, do número de utentes e da capacidade em Creche, Continente – 2000-2020¹



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2020
GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017

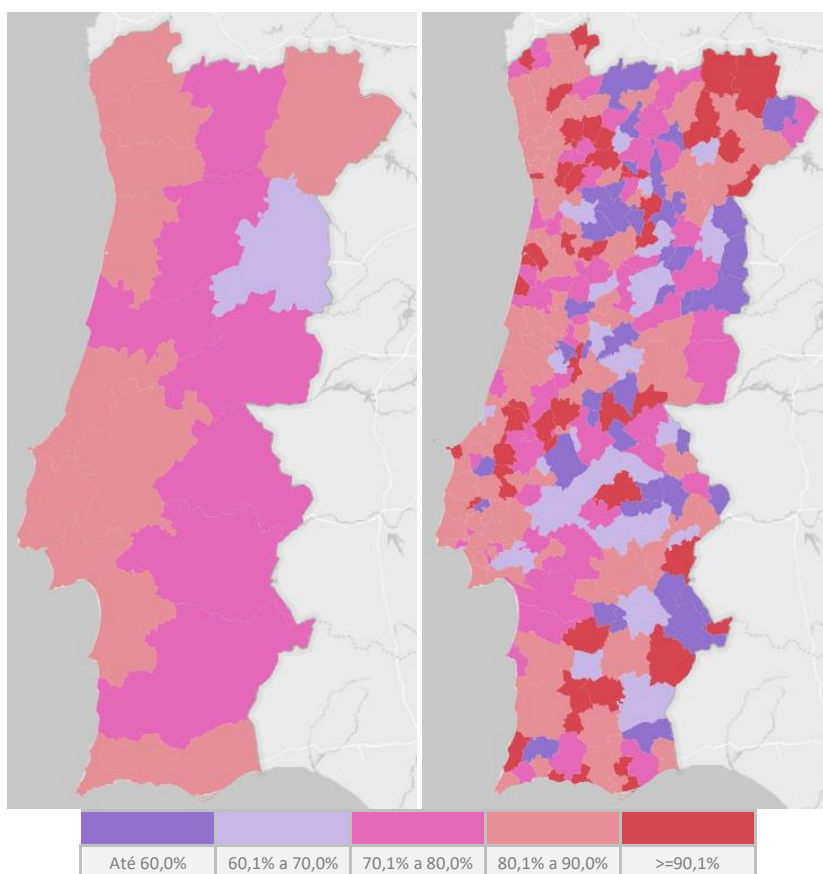
Figura 35 – Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2020¹



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2020
GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017

A evolução da taxa utilização das respostas para a 1.ª infância (Creche e Ama) revela uma tendência muito semelhante, independentemente da natureza jurídica da entidade proprietária. Em 2020, a taxa de utilização média em Creches pertencentes a entidades

Figura 36 – Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

não lucrativas foi de 85,3 % e de 73,6 % em Creches pertencentes a entidades lucrativas.

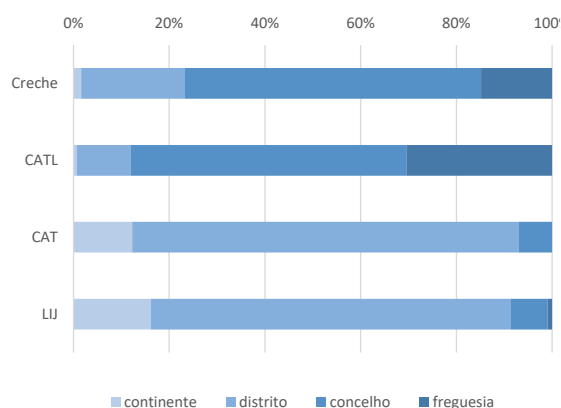
Em termos territoriais, embora não sendo possível identificar um padrão de distribuição, são observáveis taxas de utilização mais elevadas nos distritos localizados junto à faixa litoral e no Algarve. É de destacar que os distritos que registaram, em 2020, as taxas de cobertura mais elevadas (Guarda e Portalegre) são também os que apresentaram as taxas de utilização mais baixas.

3.1.7. Funcionamento

As respostas Creche e CATL, enquanto respostas de proximidade vocacionadas para o apoio à criança e à família durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais e/ou outros familiares, acolhiam durante os dias úteis da semana, em 2020, maioritariamente crianças da própria freguesia ou concelho onde o equipamento estava instalado.

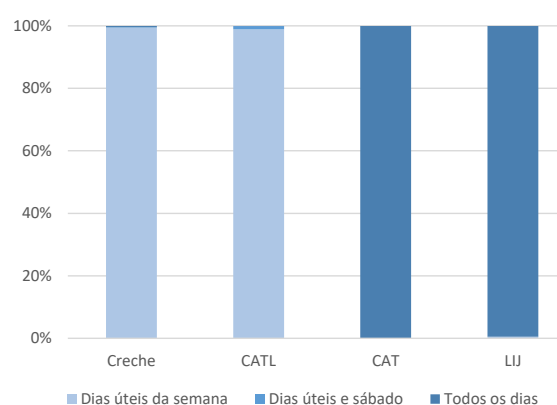
No caso das respostas LIJ e CAT, destinadas ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo durante as 24 horas diárias com base na aplicação de uma medida de promoção e proteção, o raio de abrangência é maioritariamente distrital ou até supradistrital.

Figura 37 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

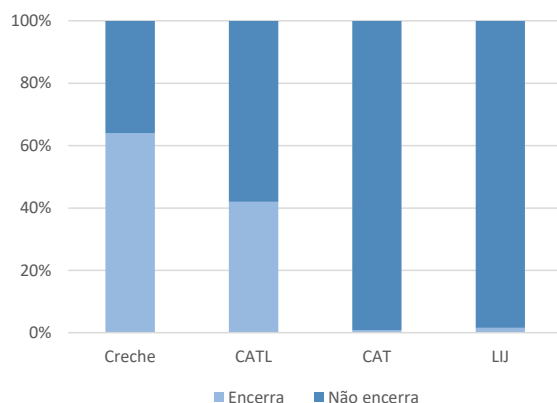
Figura 38 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

O encerramento dos equipamentos por motivo de férias tem vindo a decrescer, sendo que 36 % das Creches e 58 % dos CATL, em funcionamento em 2020, já não encerravam para férias.

Figura 39 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2020

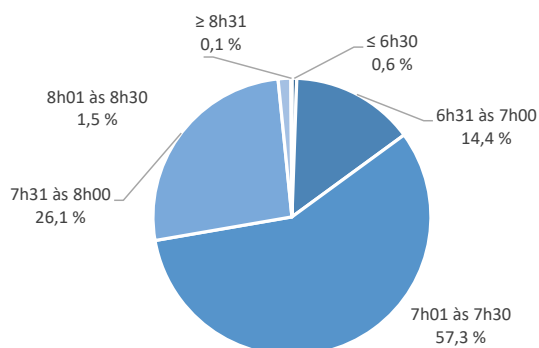


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Os horários de abertura e encerramento têm conhecido, ao longo dos anos, um alargamento, permitindo às famílias uma melhor gestão dos compromissos profissionais, pessoais e familiares, numa lógica de promoção da conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional. Em 2020, a maioria das Creches (84 %) abria entre as 7h01 e as 8h00 e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (56 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (40 %).

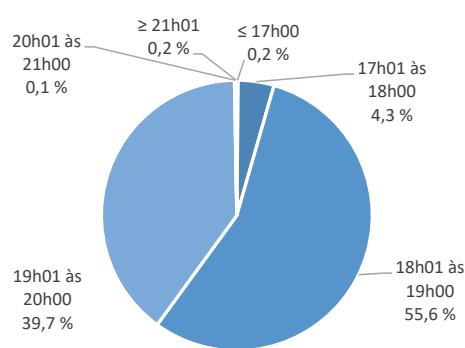
O CATL, resposta que funciona, sobretudo, nos prolongamentos e/ou em complemento do horário escolar, iniciava, em 2020, as atividades maioritariamente entre as 7h01 e as 8h00 (68 %) e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (54 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (40 %).

Figura 40 – Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2020

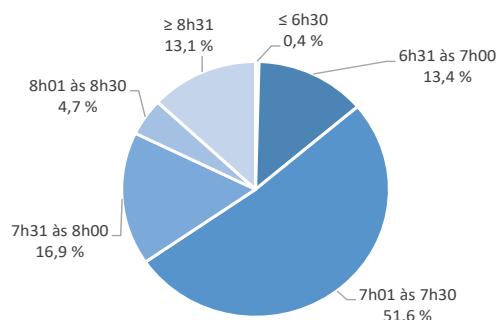


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

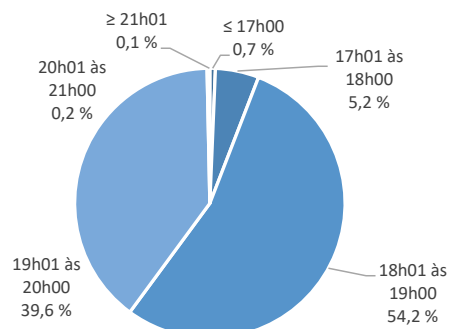
Figura 41 – Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 42 – Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2020

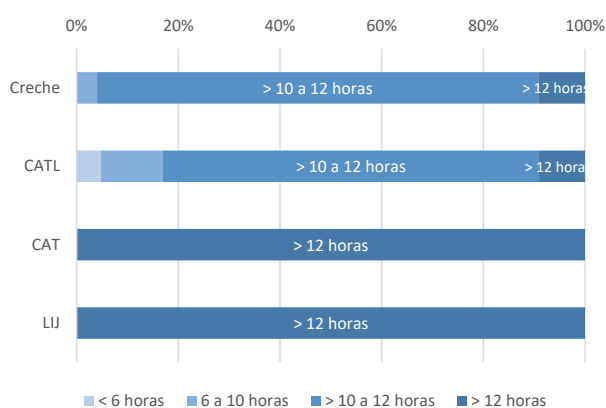
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 43 – Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2020

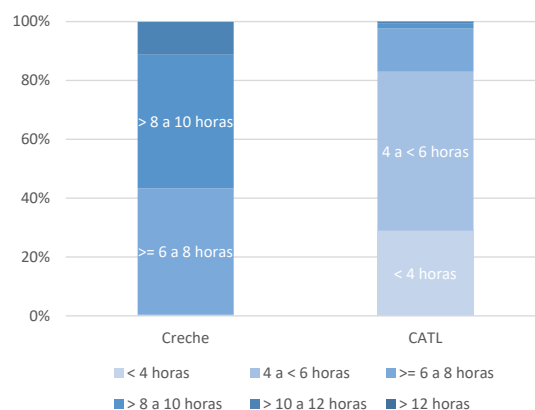
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Cerca de 87 % das Creches e 74 % dos CATL, em 2020, encontrava-se em funcionamento entre >10 e 12 horas por dia, sendo que 43 % das crianças frequentavam as Creches entre 6 e 8 horas e 45 % entre >8 e 10 horas diárias.

Quanto ao CATL, para 29 % das crianças a frequência diária não atinge as 4 horas, enquanto que para 54 % fixa-se entre as 4 e <6 horas, uma vez que esta resposta funciona em complementaridade com a escola e a sua frequência restringe-se aos períodos anteriores ou posteriores às responsabilidades escolares.

Figura 44 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2020

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 45 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de frequência diária das crianças, Continente – 2020

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.1.8. Caraterização dos utentes

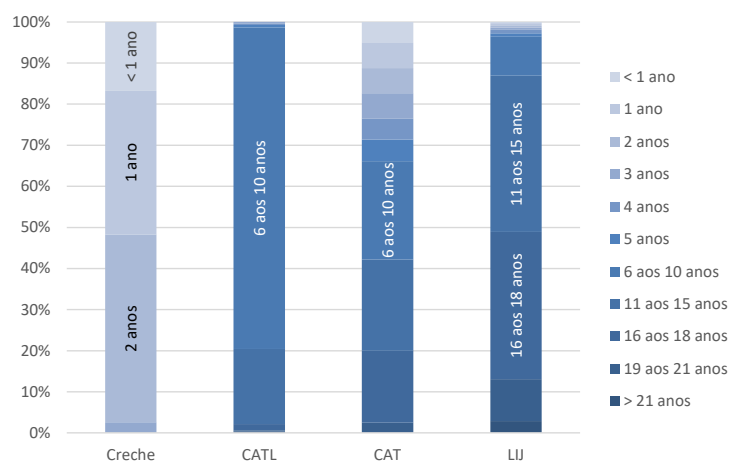
Do universo de crianças que frequentava a resposta Creche em 2020, 17 % tinha menos de um ano (berçário) e 81 % tinha um ou dois anos.

97 % das crianças que frequentavam a resposta CATL, tinha entre seis e quinze anos de idade.

Já no que diz respeito às respostas CAT e LIJ, o universo etário das crianças e jovens acolhidos é mais alargado. No caso dos CAT, o público-alvo vai até

aos dezoito anos, sendo que, em 2020, 58 % das crianças acolhidas tinha até dez anos de idade. Relativamente ao LIJ, 87 % das crianças e jovens acolhidos tinha mais de dez anos de idade.

Figura 46 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2020



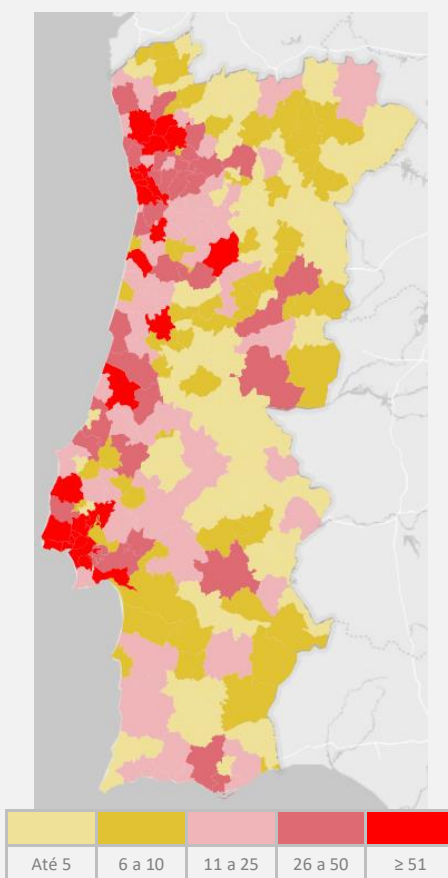
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.1.9. A resposta social Educação Pré-Escolar

A **Educação Pré-Escolar** consiste numa resposta social com intervenção integrada da Segurança Social e da Educação, destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e de apoio à família. A Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação, recolhe desde 2015 informação relativa à resposta social Educação Pré-Escolar, pelo que os dados recolhidos poderão não abranger, ainda, o universo, situação que deverá ser tida em conta na análise da informação. Por este motivo, à semelhança dos anos anteriores, a análise desta resposta é feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis.

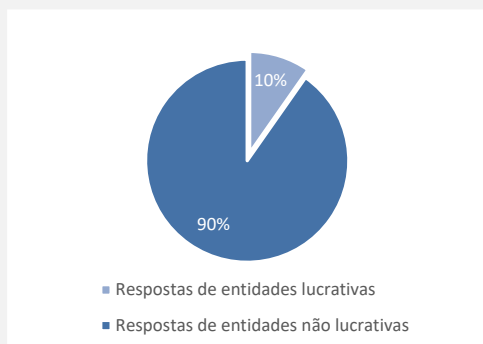
Em 2020, encontravam-se registadas na Carta Social 5 386 respostas de Educação Pré-Escolar no território continental, 90 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, i.e., da rede pública e da rede solidária. O número total de lugares aproximou-se dos 297 000, mais de $\frac{1}{3}$ dos quais distribuídos pela região Norte.

Distribuição territorial da resposta social Educação Pré-Escolar, por concelho - 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição percentual das respostas de Educação Pré-Escolar, por natureza jurídica da entidade proprietária - 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição territorial da percentagem de respostas de Educação Pré-Escolar por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária - 2020

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	36,1	22,5	37,6
Centro	26,5	11,3	28,2
Área Metropolitana de Lisboa	24,4	59,0	20,6
Alentejo	8,8	1,9	9,6
Algarve	4,1	5,3	4,0
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição territorial da percentagem de lugares em Educação Pré-Escolar, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária - 2020

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	35,4	21,8	36,7
Centro	22,3	9,2	23,6
Área Metropolitana de Lisboa	30,0	61,4	27,0
Alentejo	7,6	1,8	8,1
Algarve	4,7	5,8	4,6
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.2 Pessoas com Deficiência ou Incapacidade

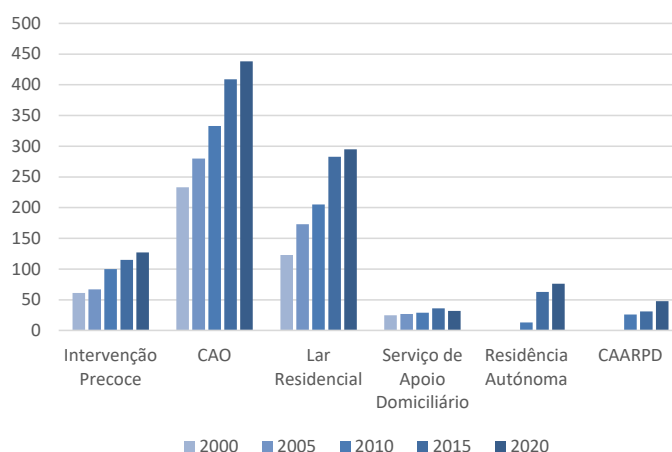
As respostas sociais direcionadas às **Pessoas com Deficiência ou Incapacidade** têm por objetivo a promoção da autonomia, a participação e a inclusão social destas pessoas. O **Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)**²⁰, o **Lar Residencial**, a **Residência Autônoma** e o **Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência** constituem as respostas dirigidas a este grupo-alvo com maior representatividade. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas com Deficiência e Incapacidade são de destacar ainda, o **Apoio em Regime Ambulatório**, a **Intervenção Precoce**, o **Lar de Apoio** e o **Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)**.

3.2.1. Número de respostas sociais

O número de respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade evidenciou, entre 2000 e 2020, um crescimento de 111 %. As respostas Lar Residencial e CAO representavam, em 2020, 70 % do total de respostas para este grupo-alvo.

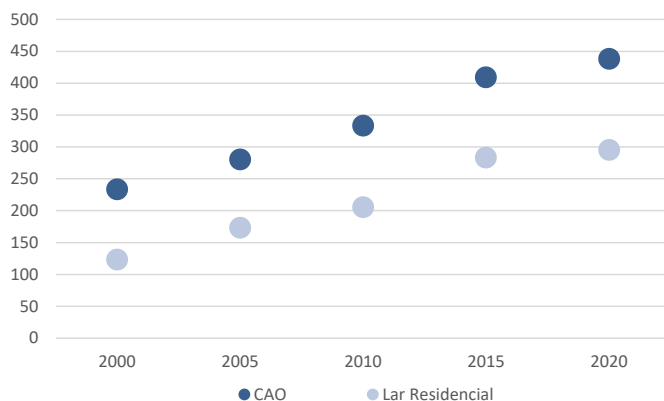
Em 2020, por comparação a 2000, o Lar Residencial registou uma taxa de crescimento de 140 % e a resposta CAO de 88 %.

Figura 47 – Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 48 – Evolução do número de respostas sociais CAO e Lar Residencial, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

²⁰ Em 2021, ao abrigo da Portaria n.º 70/2021, de 26 de março, o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) sucede e substitui o CAO.

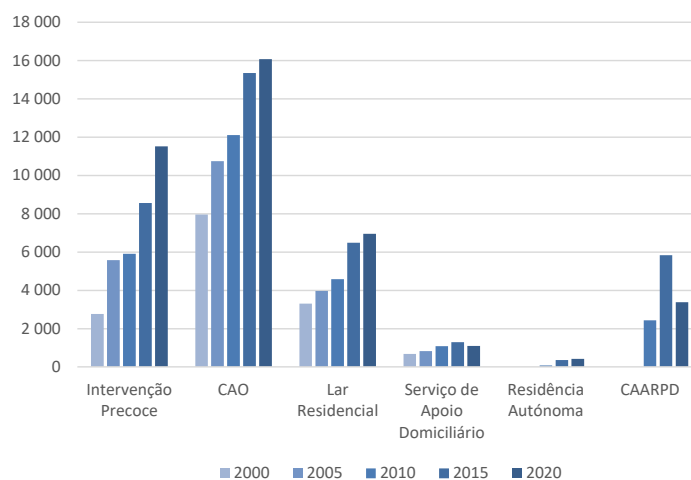
3.2.2. Capacidade

A evolução do número de lugares em respostas dirigidas a Pessoas com Deficiência tem acompanhado o crescimento do número de respostas. A oferta total de lugares em respostas dirigidas a este grupo-alvo registou, entre 2000 e 2020, um crescimento de 136 %, traduzindo-se em cerca 44 200 lugares em 2020.

Quanto ao número de lugares nas principais respostas (CAO, lar residencial, residência autónoma e serviço de apoio domiciliário) registou-se um crescimento de 205 %, contabilizando-se em 2020, por relação a 2000, mais 12 581 novos lugares, totalizando 24 544 lugares.

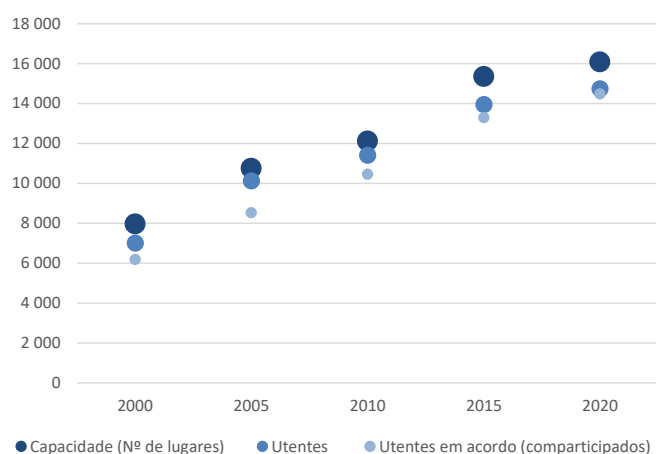
A resposta CAO²¹, que desempenha um papel muito importante na capacitação e inclusão da pessoa com deficiência ou incapacidade, constituía a resposta que maior capacidade apresentava, sendo que, em 2020, contabilizaram-se cerca de 16 079 lugares.

Figura 49 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 50 – Evolução da capacidade, número de utentes e utentes com-participados na resposta social CAO, Continente – 2000-2020



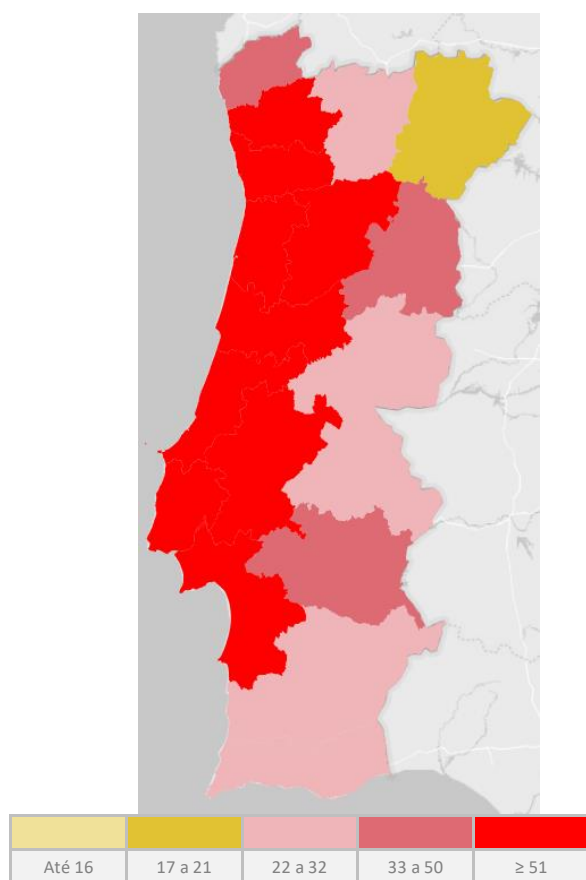
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

²¹ Em 2021, ao abrigo da Portaria n.º 70/2021, de 26 de março, o CACI sucede e substitui o CAO.

3.2.3. Distribuição territorial

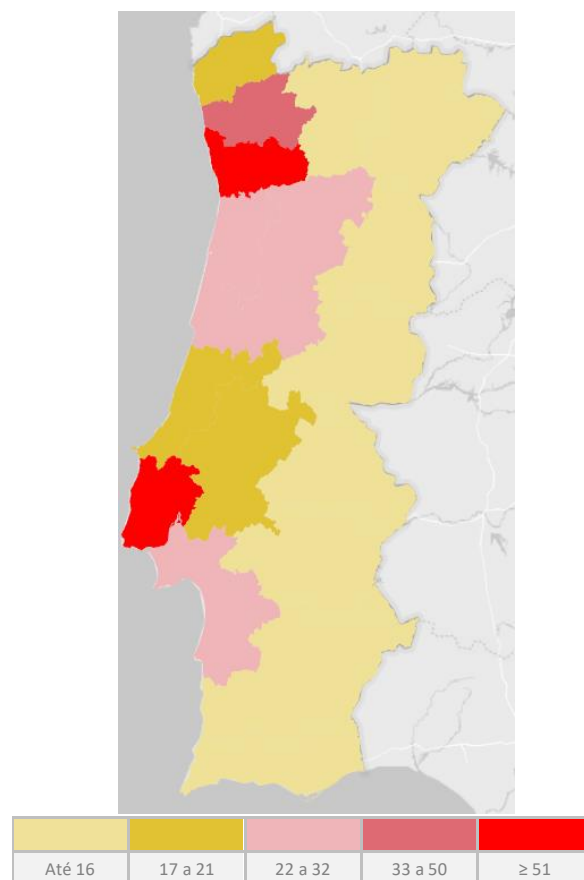
A distribuição territorial de respostas dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade evidenciava, em 2020, uma elevada concentração nos distritos dispostos ao longo da faixa litoral. Os distritos de Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Coimbra, Setúbal, Viseu, Leiria e Santarém reuniam em conjunto, em 2020, 76 % da oferta total de respostas para esta população e 79 % da oferta de respostas CAO.

Figura 51 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 52 – Distribuição territorial da resposta social CAO, por distrito – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

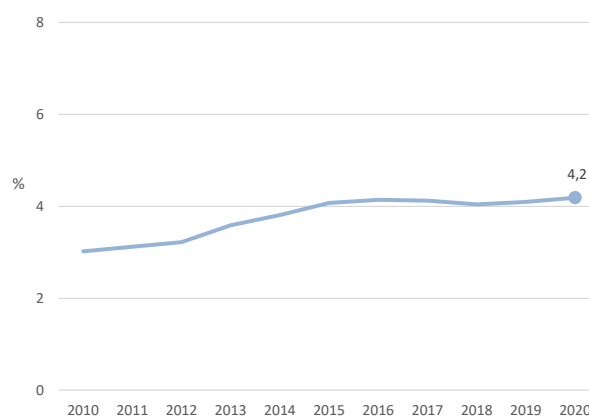
3.2.4. Taxa de cobertura

A evolução da cobertura das principais respostas para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade²² registou um acréscimo positivo (39 %), no período 2010-2020, quer em termos do número de respostas, quer em termos do número de lugares, embora a taxa de cobertura revele um crescimento ténue.

A taxa de cobertura²³ média no Continente ficou-se, em 2020, em 4,2 %, sendo que os distritos da Guarda, Castelo Branco e Évora apresentaram os valores mais elevados (acima dos 7,1 %), contrariamente a Viana do Castelo, Vila Real, Braga, Porto, Lisboa, Setúbal e Faro.

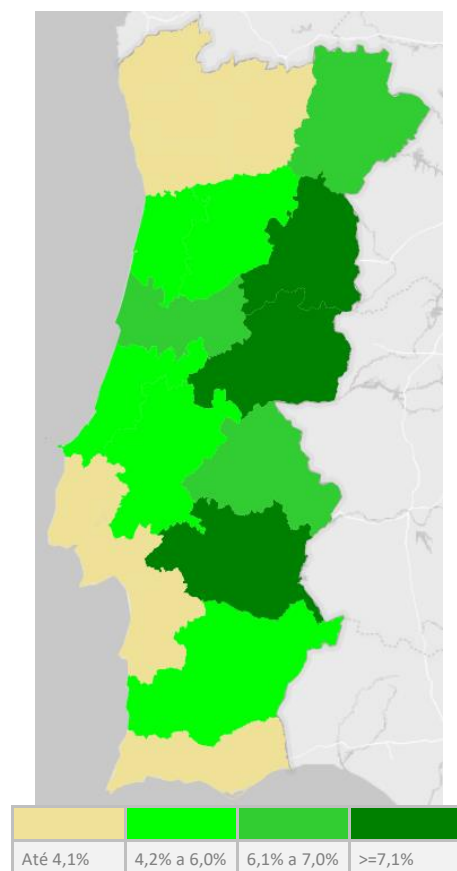
As áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, assim como a região algarvia eram as mais deficitárias deste tipo de respostas.

Figura 53 – Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2010-2020



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2020
GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 54 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2020



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2020
GEP-MTSSS, Carta Social

²² CAO, Lar Residencial, Residência Autónoma e Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência.

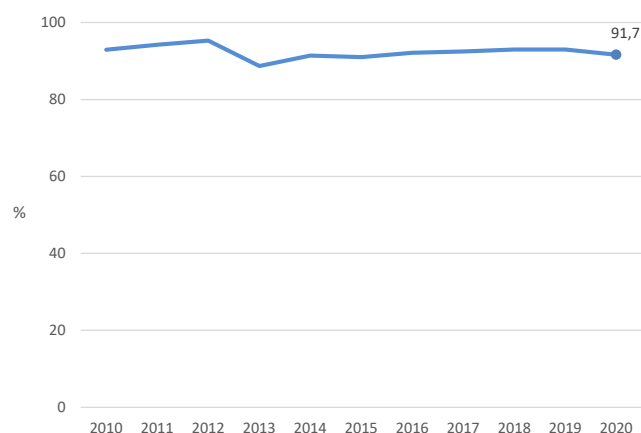
²³ Para o cálculo da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência das respostas em análise: (capacidade total das respostas CAO + Lar Residencial + Residência Autónoma + Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência / população com deficiência) × 100.

3.2.5. Taxa de utilização

A taxa de utilização²⁴ das principais respostas que visam o apoio a Pessoas com Deficiência e Incapacidade²⁵ têm-se mantido acima dos 90 %, no período 2010-2020, tendo-se fixado em 2020 em 91,7 %.

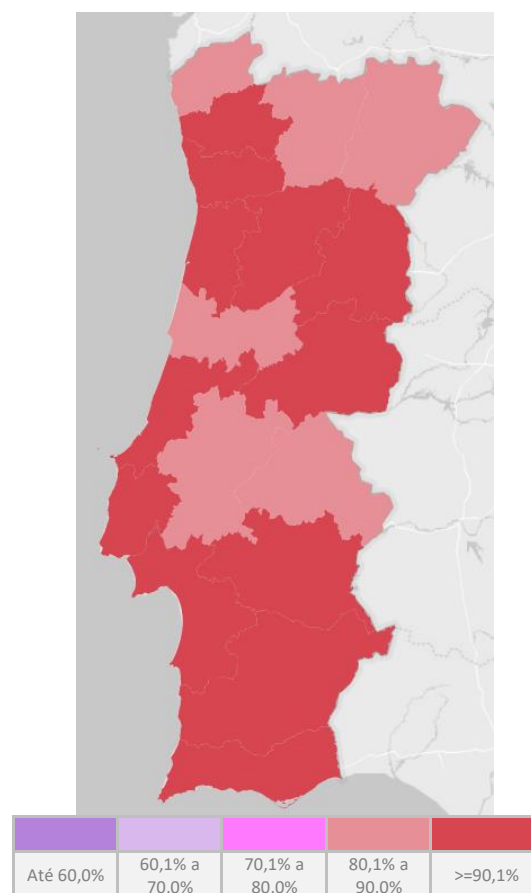
A análise à distribuição territorial da taxa de utilização destas respostas confirmava a existência de elevados níveis de ocupação em todo o território continental.

Figura 55 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2010-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 56 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

²⁴ Para o cálculo da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes das respostas em análise: (número total de utentes das respostas CAO + Lar Residencial + Residência Autónoma + Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência / capacidade total das respostas CAO + Lar Residencial + Residência Autónoma + Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência) × 100.

²⁵ CAO, Lar Residencial, Residência Autónoma e Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência.

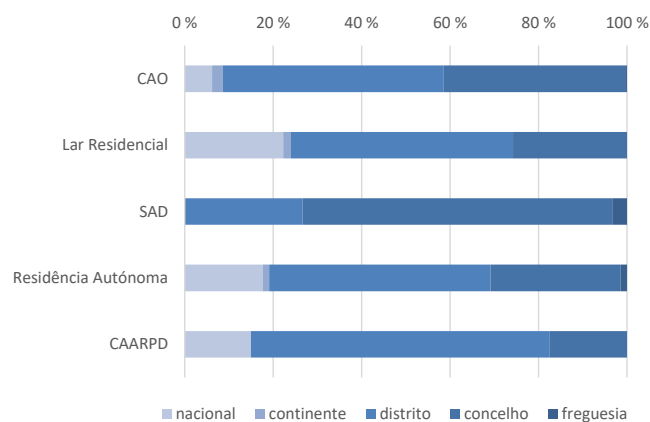
3.2.6. Funcionamento

As respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade tinham, em 2020, uma abrangência maioritariamente supraconcelhia, à exceção da resposta SAD, que apoiava maioritariamente (73,3 %) utentes da própria freguesia ou concelho onde o equipamento está instalado.

Enquanto as respostas CAO e CAARPD funcionavam, essencialmente, de segunda a sexta-feira, o Lar

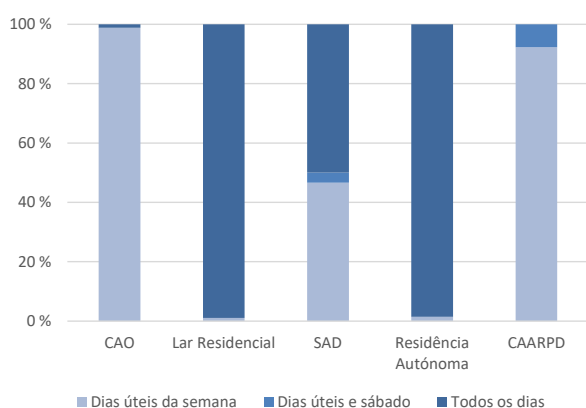
Residencial e a Residência Autónoma, destinadas ao alojamento de pessoas com deficiência ou incapacidade que não podem residir no meio familiar, estavam em funcionamento sete dias por semana, para além de não encerrarem para férias. Quanto ao SAD, 50 % das respostas já funcionavam todos os dias, não encerrando igualmente para férias. Em situação inversa, quer o CAO (65 %), quer os CAARPD (30 %) encerravam para férias.

Figura 57 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2020



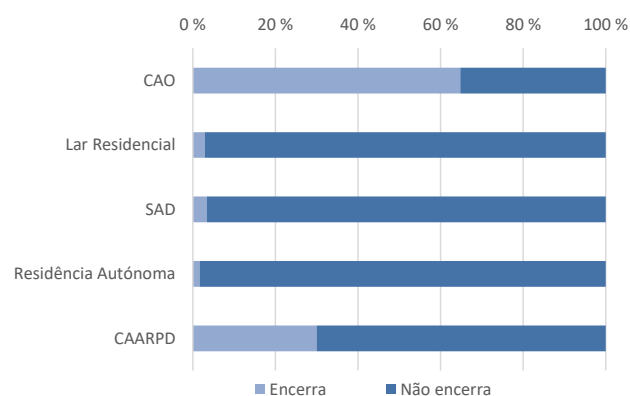
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 58 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por período de funcionamento, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

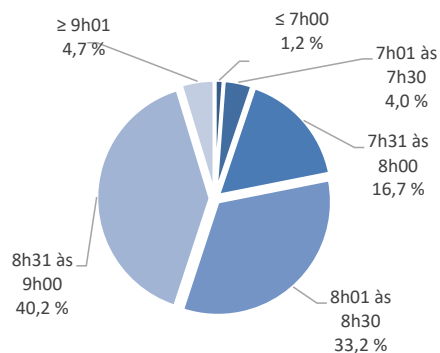
Figura 59 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

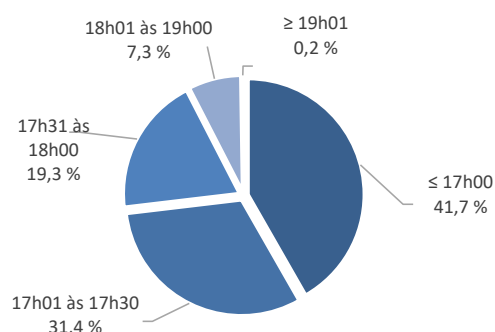
No que diz respeito ao horário de abertura e encerramento da resposta CAO, em 2020, o período entre as 8h01 e as 9h00 da manhã era o mais frequente (73 %) para abertura, enquanto que o término das atividades ocorria em 73 % das respostas, até às 17h30, o que traduz uma oferta reduzida de horários.

Figura 60 – Distribuição percentual dos CAO por horário de abertura, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

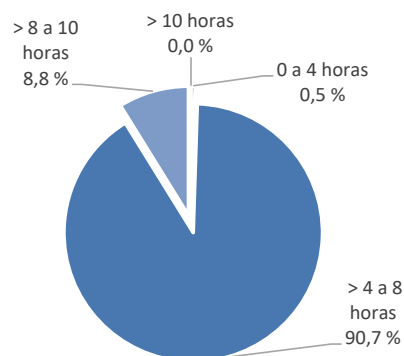
Figura 61 – Distribuição percentual dos CAO por horário de encerramento, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2020, em 91 % das respostas de CAO a frequência média diária dos utentes variava entre 4 a 8 horas.

Figura 62 – Distribuição percentual dos CAO por tempo médio de frequência diária dos utentes, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

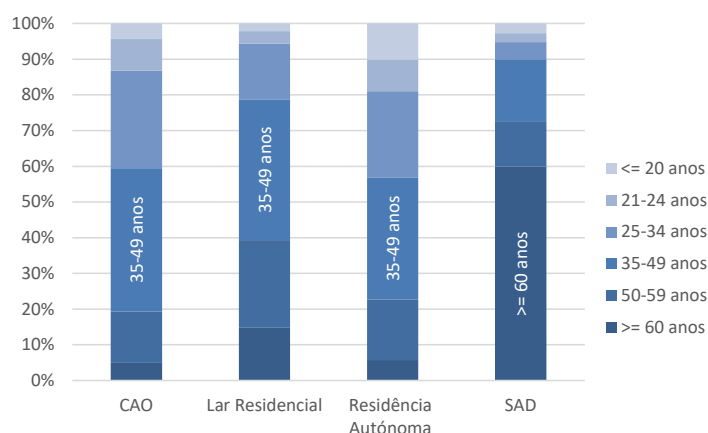
3.2.7. Caraterização dos utentes

A distribuição percentual dos utentes nas principais respostas dirigidas à população com deficiência ou incapacidade²⁶ por escalão etário evidenciava, em 2020, as diferenças na população-alvo de cada resposta social.

À exceção do SAD em que os utentes maiores de 60 anos constituíam a maioria (60 %), o escalão etário mais representativo no universo de utentes que frequentava as respostas CAO, Lar Residencial e Residência Autónoma era o dos 35 aos 49 anos.

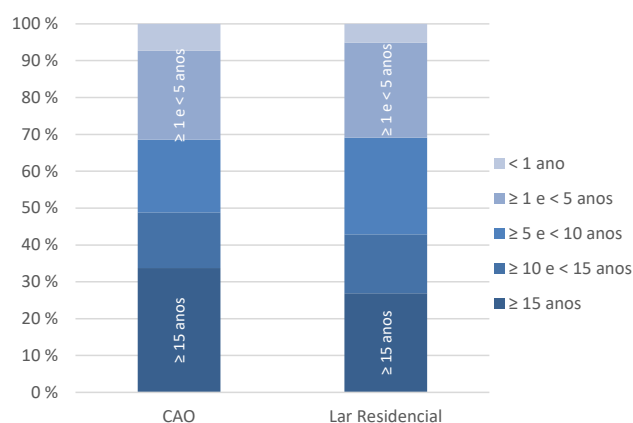
Relativamente ao tempo de permanência dos utentes nas respostas, desde que integraram as mesmas, observava-se um peso relativo importante de utentes que permanecia nas respostas CAO e Lar Residencial entre 1 e 5 anos (24 % e 26 %, respetivamente), e também, uma percentagem não menos significativa de utentes com uma permanência nestas respostas superior a 15 anos (34 % e 27 %, respetivamente).

Figura 63 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

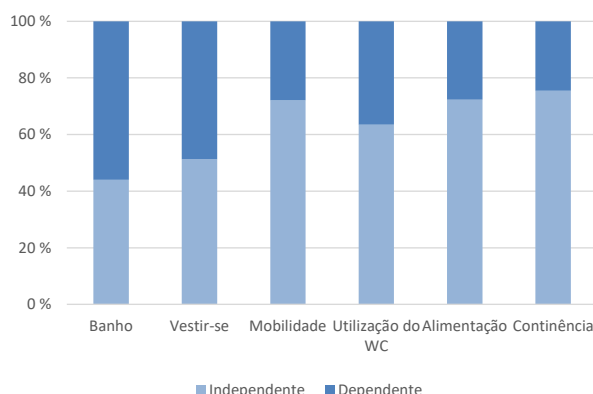
Figura 64 – Distribuição percentual dos utentes em respostas para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

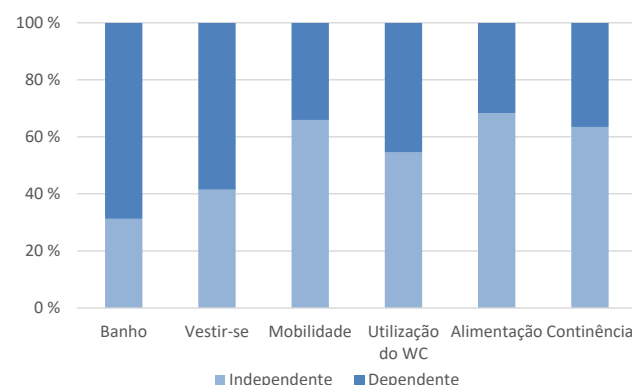
²⁶ CAO, Lar Residencial, Residência Autónoma e Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência.

Figura 65 – Distribuição percentual dos utentes em CAO por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 66 – Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2020

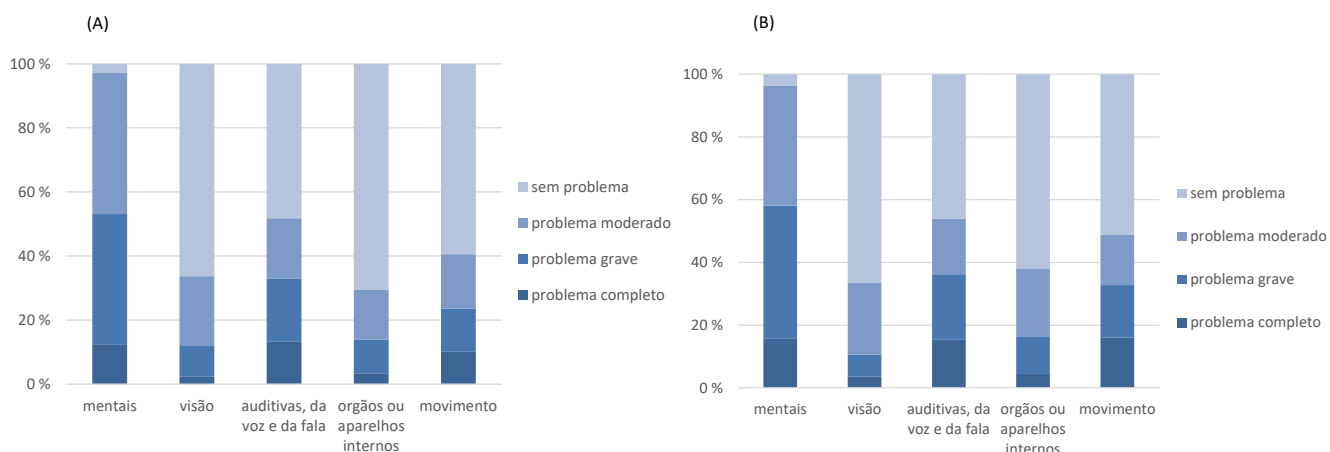


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A avaliação da capacidade de realização de atividades básicas da vida diária (ABVD)²⁷ dos utentes que frequentavam respostas sociais destinadas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, em 2020, indicava que a maioria (63 %) dos utentes de CAO caraterizados eram independentes no desenvolvimento das atividades avaliadas, apenas a atividade ‘banho’ registava um peso relativo superior a 50 % de utentes dependentes. Embora os níveis de dependência sejam superiores, 54 % dos utentes de Lar Residencial caraterizados desempenhavam de forma autónoma as atividades indicadas, à exceção do ‘banho’ e ‘vestir-se’.

²⁷ A questão sobre as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) - Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência - procura aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades (relacionadas com o autocuidado) de forma autónoma. A resposta à questão baseia-se na avaliação subjetiva realizada pelos técnicos.

Figura 67 – Distribuição percentual dos utentes em CAO (A) e em Lar Residencial (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2020

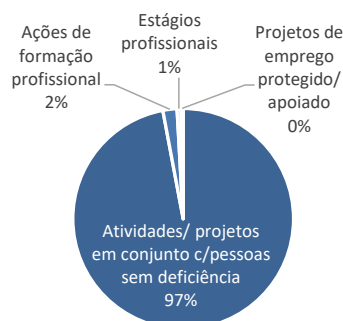


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2020, os problemas nas funções mentais continuavam a ser os mais frequentes nos utentes que frequentavam as respostas CAO e Lar Residencial, associando-se, por vezes, a problemas nas funções auditivas, da voz e da fala, e do movimento, nomeadamente em situações de paralisia cerebral, trissomias e perturbações do desenvolvimento, entre outras.

Do universo de utentes que frequentavam a resposta CAO, em 2020, a maioria (53 %) participou em atividades/projetos de inclusão na sociedade. Do conjunto de utentes envolvidos em atividades, 97 % participou em ações com pessoas sem deficiência.

Figura 68 – Distribuição percentual dos utentes em CAO com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.3 Pessoas Idosas ²⁸

A **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**, o **Centro de Dia** e o **Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD)** consistem nas **respostas sociais** com maior representatividade no âmbito da RSES **dirigidas às Pessoas Idosas**. Para além da satisfação das Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) e das Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD) dos utentes, as respostas destinadas a esta população-alvo visam a promoção, a inclusão e a participação na comunidade, independentemente do maior ou menor grau de autonomia/dependência da pessoa idosa e de esta se encontrar a residir na sua habitação ou numa instituição. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas Idosas são de destacar, ainda, o **Centro de Convívio**, o **Centro de Noite** e o **Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas**.

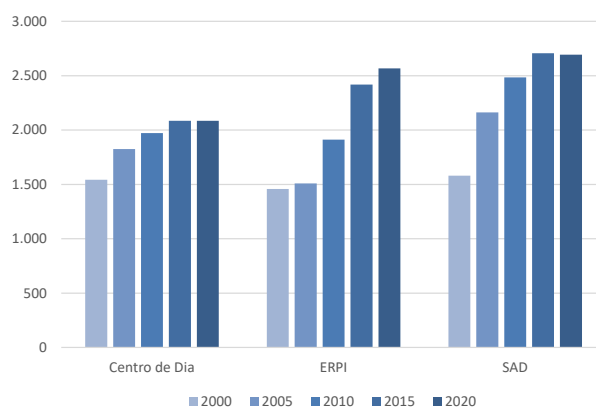
3.3.1. Número de respostas sociais

As respostas dirigidas a Pessoas Idosas registaram um crescimento de 53 %, entre 2000 e 2020, que ascende a 160 % se consideradas apenas as principais respostas²⁹, traduzindo um aumento superior a 2 700 novas respostas.

As respostas ERPI e SAD foram as que, neste domínio, mais cresceram no período 2000-2020 (176 % e 170 %, respetivamente) e as que apresentavam maior oferta.

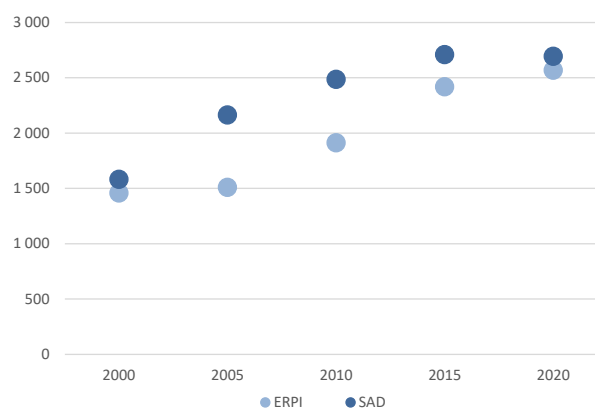
No ano de 2020, contabilizaram-se cerca de 7 350 respostas de ERPI, SAD e Centro de Dia no território continental, das quais 37 % correspondiam a SAD.

Figura 69 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 70 – Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

²⁸ A análise do grupo-alvo Pessoas Idosas integra as respostas para Pessoas em Situação de Dependência.

²⁹ ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD).

3.3.2. Capacidade

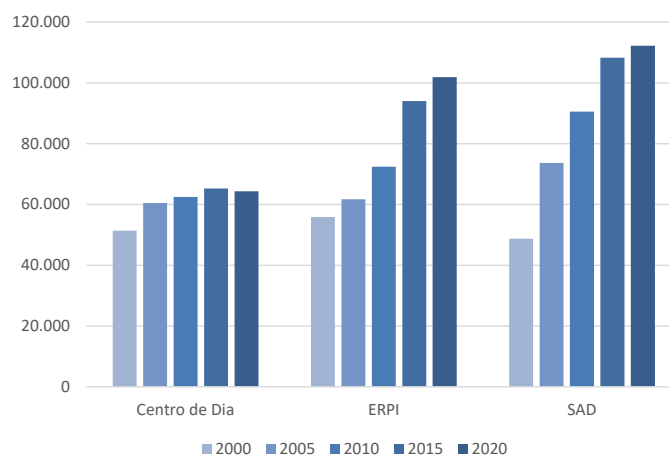
A capacidade (número de lugares) das respostas para as Pessoas Idosas revelou um aumento de 65 %, entre 2000 e 2020, mais acentuado (79 %), contudo, se consideradas apenas as três principais respostas.

Em 2020, contabilizaram-se na totalidade de respostas para esta população-alvo mais de 300 000 lugares no Continente, dos quais 278 529 lugares em Centro de Dia, ERPI e SAD.

O SAD constitui a resposta, no conjunto das principais respostas que visam o apoio a Pessoas Idosas, com maior oferta de lugares (40 % do total) totalizando 112 272 lugares em 2020.

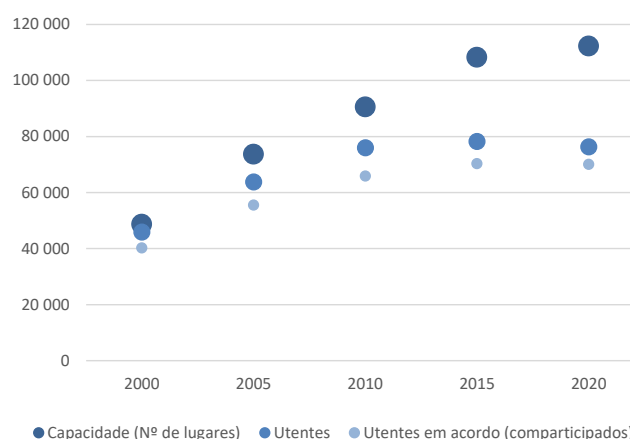
Em 2020, 63 % do número total de lugares em SAD estavam abrangidos por acordos de cooperação³⁰.

Figura 71 – Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 72 – Evolução da capacidade, do número de utentes e utentes compartilhados na resposta social SAD, Continente – 2000-2020

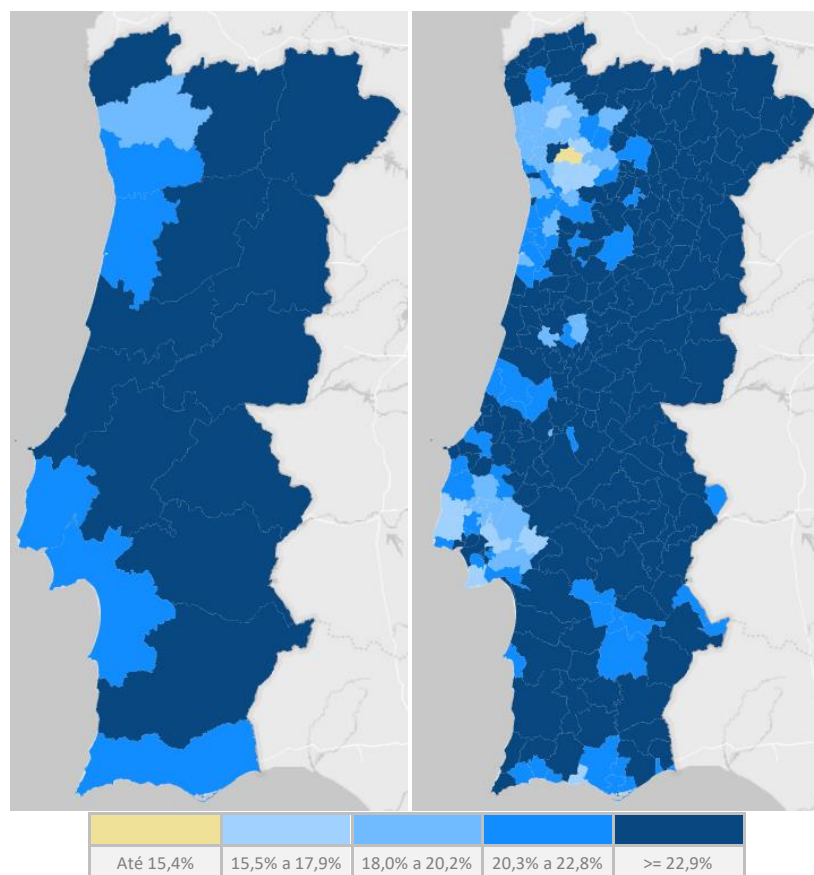


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

³⁰ O Protocolo de Cooperação estabelecido bienalmente entre os ME, MTSSS e do MS e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela UMP, a CNIS, a UM e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, de 29 de novembro, que define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

3.3.3. Distribuição territorial

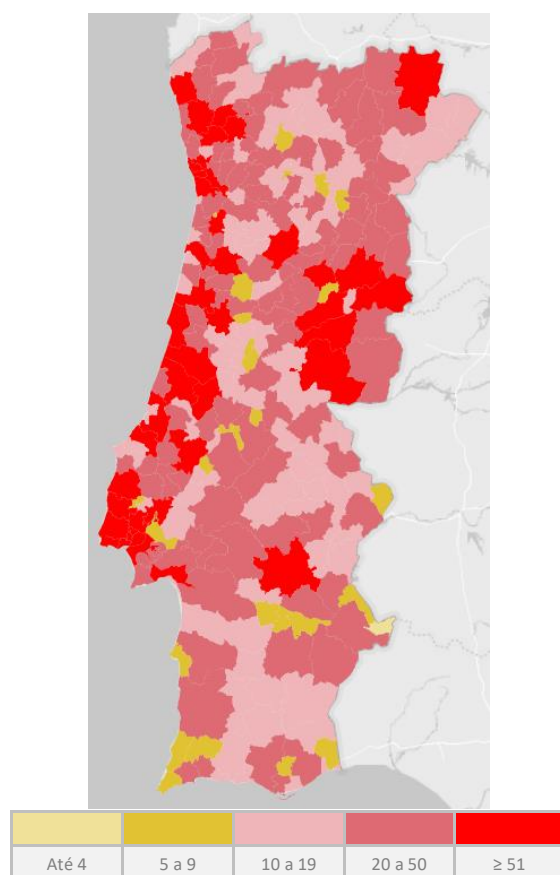
Figura 73 – Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho – 2020



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2020

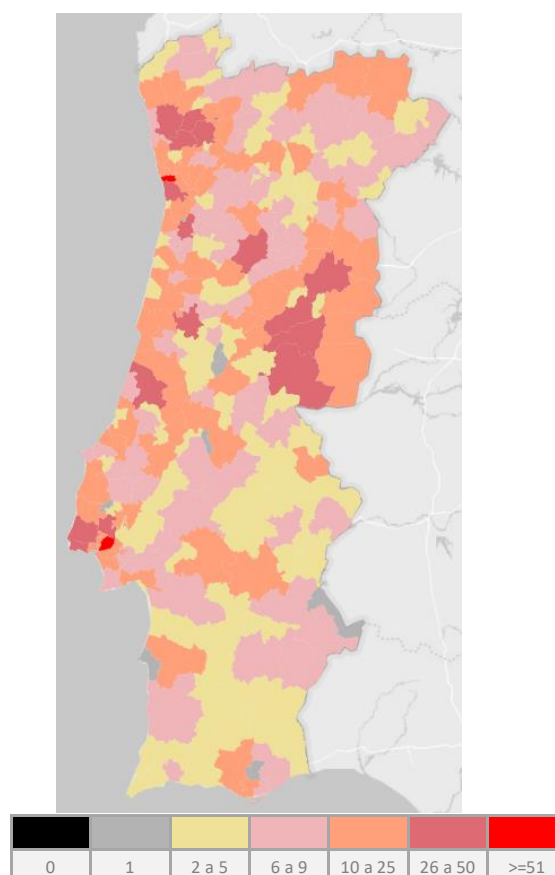
O peso relativo da população residente com 65 ou mais anos na população total tem-se intensificado ao longo dos anos, representando, em 2020, 22,7 % da população total do Continente. Em 2020, dos dezoito distritos do território continental, apenas seis, localizados na faixa litoral, registaram um peso relativo de população com 65 ou mais anos inferior à média do Continente, designadamente Lisboa, Faro, Setúbal, Aveiro, Porto e Braga.

Figura 74 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 75 – Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2020



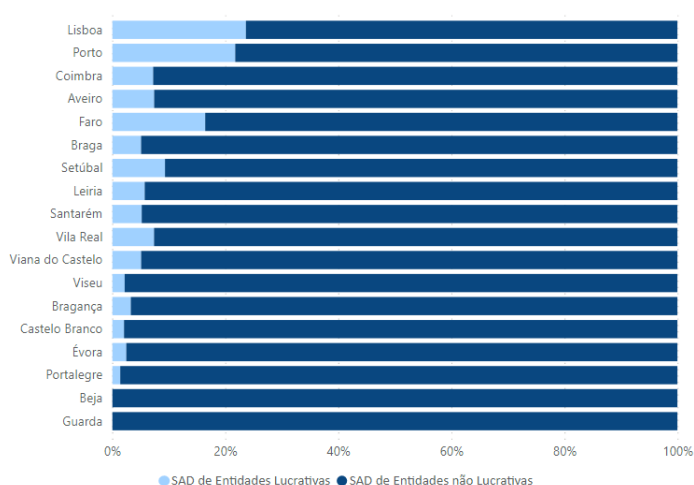
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A totalidade dos concelhos do território continental (278) dispunha, em 2020, de respostas sociais dirigidas a esta população-alvo, todavia era notória uma oferta superior nas regiões Norte e Centro. Destaque-se, que dos 278 concelhos do Continente, 231 dispunha de 10 ou mais respostas sociais para os mais idosos.

A prestação de serviços no domicílio era desenvolvida, em 2020, maioritariamente por parte de entidades não lucrativas, designadamente da rede solidária, embora os distritos de Lisboa, Porto apresentassem uma

proporção considerável (acima de 20 %) de respostas propriedade de entidades da rede privada-lucrativa.

Figura 76 – Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.3.4. Taxa de cobertura

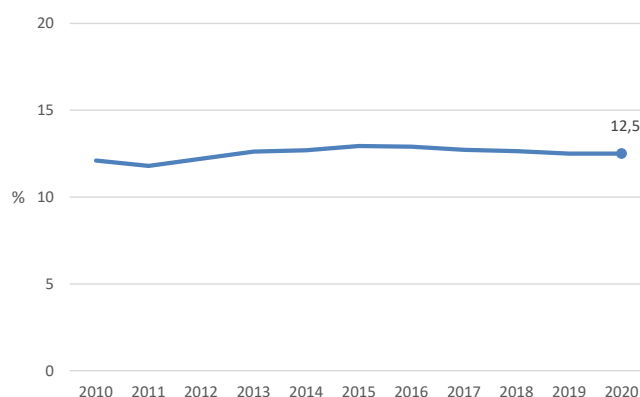
A taxa de cobertura de respostas para as Pessoas Idosas tem evoluído de forma positiva nos últimos dez anos, todavia o aumento acelerado da população com 65 ou mais anos tem sido um dos fatores condicionantes do crescimento da taxa de cobertura³¹ destas respostas.

Em 2020, a taxa de cobertura média das principais respostas³² que visam o apoio a Pessoas Idosas, no Continente, cifrou-se em 12,5 %, traduzindo um aumento de 3,3 p.p. no período 2010-2020.

Em termos territoriais, é de destacar que 69,1 % dos concelhos do território continental (192 em 278) apresentava uma taxa de cobertura acima da média (12,5 %) em 2020.

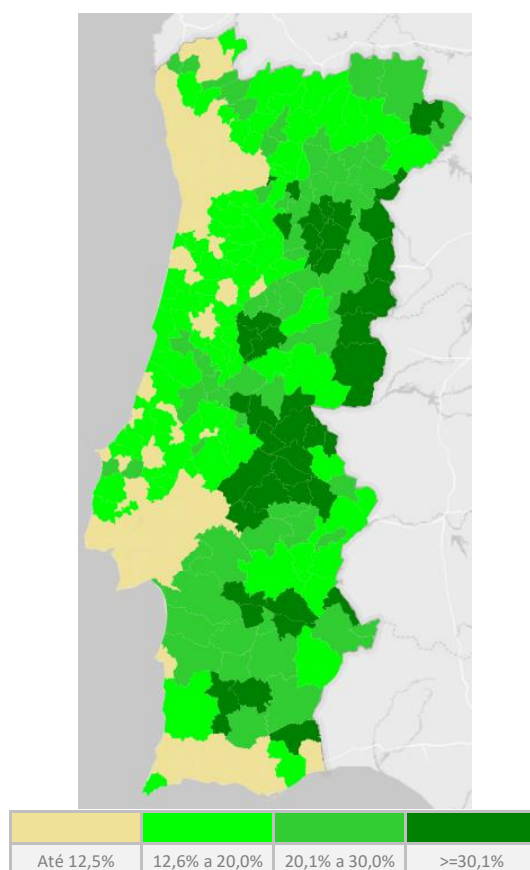
De referir, ainda, que as áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, assim como a região algarvia, apresentavam, em 2020, na maioria dos seus concelhos (45 em 51), taxas de cobertura abaixo da média.

Figura 77 – Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2020



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2020
GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 78 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2020



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2020
GEP-MTSSS, Carta Social

³¹ Para o cálculo da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência das respostas em análise: (capacidade total das respostas ERPI + Centro de Dia + SAD/ população >= 65 anos) × 100.

³² ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD).

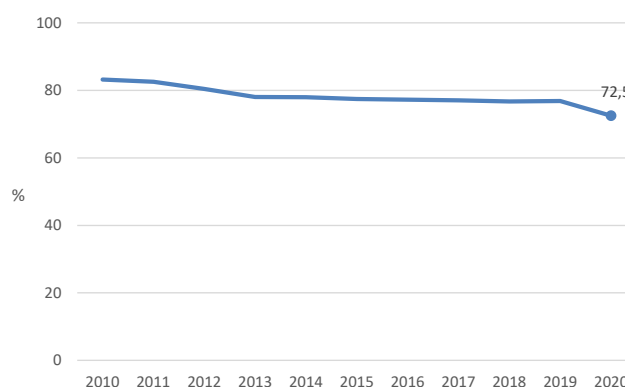
3.3.5. Taxa de utilização

A taxa de utilização³³ média das principais respostas sociais³⁴ dirigidas à População Idosa registou uma redução de 12,9 % em 2020, por relação a 2010, e de 5,6 % por comparação a 2019, fixando-se em 72,5 % em 2020.

Sublinhe-se, a este nível, os efeitos dramáticos da pandemia por COVID-19 no ano em análise. É de salientar, que por referência à situação no ano 2020, do universo de utentes que frequentavam as respostas Centro de Dia, ERPI e SAD, 1,7 %, 13,8 % e 1,4 % dos utentes respetivamente, foram diagnosticados com COVID-19³⁵.

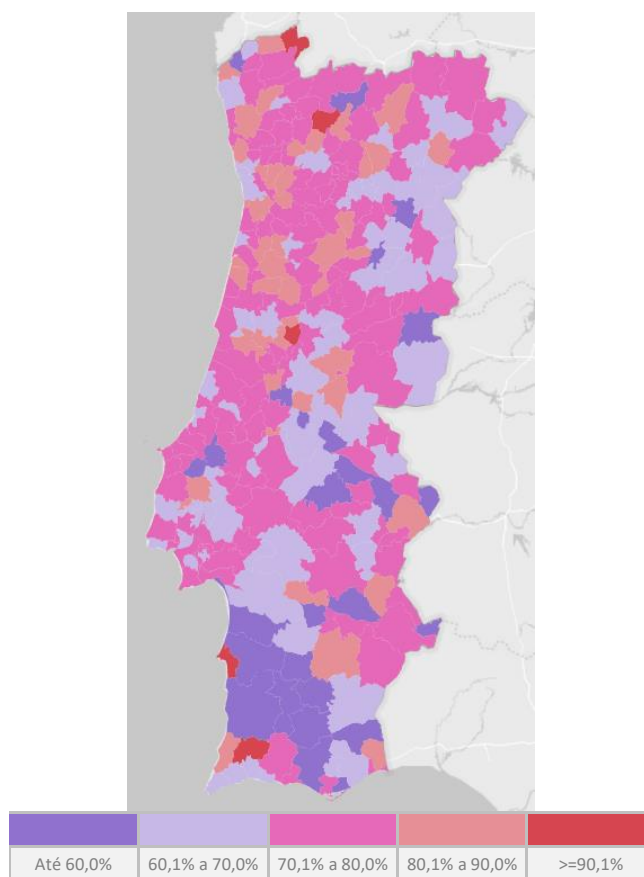
A nível territorial, embora não seja possível identificar um padrão de distribuição, são observáveis taxas de utilização mais elevadas nos concelhos localizados junto à faixa litoral norte e centro. Do 278 de concelhos do território continental, apenas 54 apresentavam taxas de utilização das principais respostas para a população idosa, em 2020, acima de 80 %.

Figura 79 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 80 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

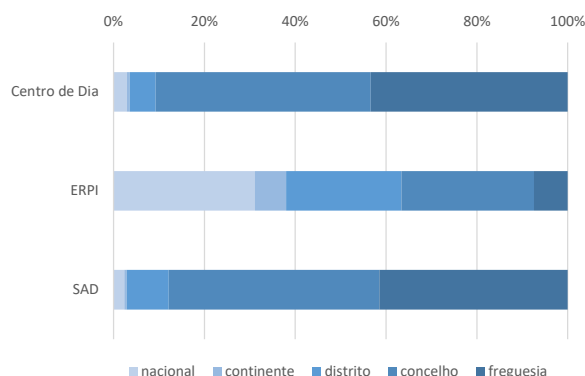
³³ Para o cálculo da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes das respostas em análise: (número total de utentes das respostas ERPI + Centro de Dia + SAD / capacidade total das respostas ERPI + Centro de Dia + SAD) × 100.

³⁴ ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD).

³⁵ Dados recolhidos no âmbito da atualização anual da informação da CS realizada pelas entidades que desenvolvem respostas sociais enquadradas na RSES.

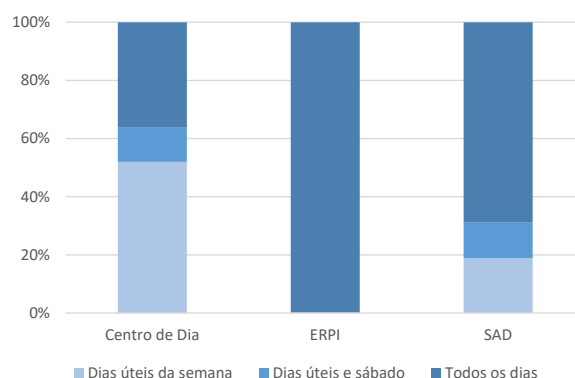
3.3.6. Funcionamento

Figura 81 – Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 82 – Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

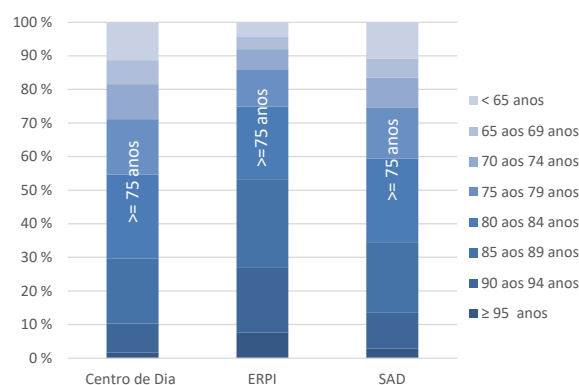
As respostas dirigidas à População Idosa acolhiam, em 2020, maioritariamente utentes provenientes da própria freguesia ou concelho de implantação do equipamento, à exceção da resposta ERPI, onde os utentes oriundos de outros concelhos ou distritos representavam 63 %, traduzindo um raio de abrangência mais alargado.

Quanto ao período de funcionamento, enquanto cerca de metade (52 %) das respostas de Centro de Dia funciona apenas nos dias úteis, 69 % dos SAD presta serviço todos os dias da semana. A resposta ERPI, atendendo ao objetivo a que se destina funciona durante todos os dias da semana.

3.3.7. Caraterização dos utentes

A distribuição etária dos utentes das respostas dirigidas à População Idosa evidencia uma utilização destes serviços em fases cada vez mais tardias. Enquanto, cerca de $\frac{3}{4}$ do universo dos utentes que utilizava as respostas sociais Centro de Dia e SAD (71 % e 75 %, respetivamente) era constituído, em 2020, por utentes com idade igual ou superior a 75 anos, nas respostas de ERPI os idosos com 75 ou mais anos representavam 86 % do total.

Figura 83 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2020



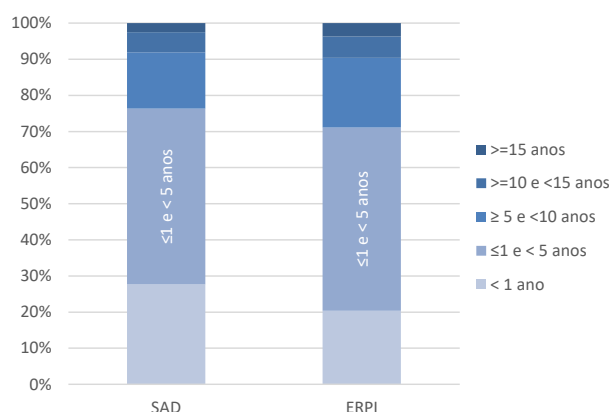
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Mais de 70 % dos utentes que utilizavam as respostas sociais SAD e ERPI (76 % e 71 %, respetivamente), em 2020, utilizava a resposta no máximo há 5 anos. De referir, porém, que cerca de 10 % dos utentes de ERPI já permanecia na resposta há 10 ou mais anos.

Quanto ao nível de incapacidade, são visíveis diferenças que distinguem os utentes de Centro de Dia, ERPI e SAD. A análise da capacidade para a realização de atividades

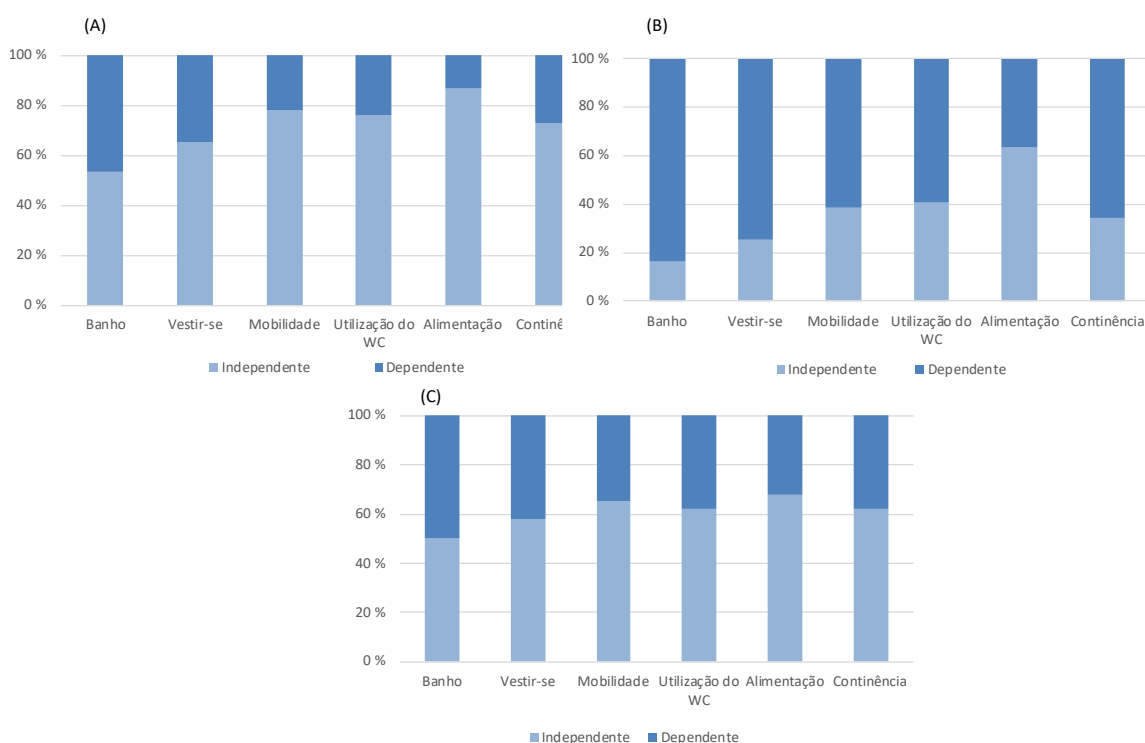
básicas de vida diária³⁶ sugere níveis de dependência elevados na resposta ERPI em todas atividades avaliadas, por oposição às restantes respostas, nas quais a maioria dos utentes é independente na generalidade das atividades avaliadas.

Figura 84 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2020



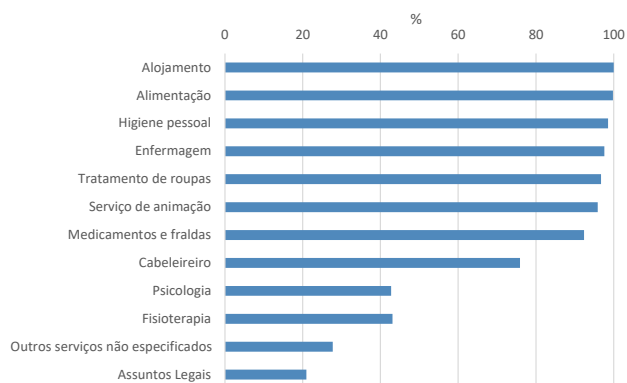
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 85 – Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia (A), ERPI (B) e SAD (C) por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2020

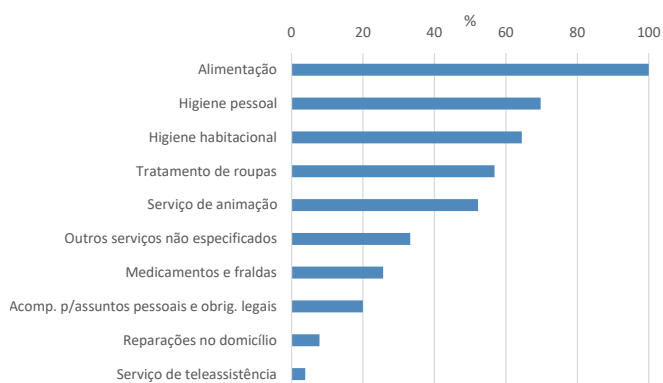


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

³⁶ A questão sobre as ABVD - Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência - procura aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades (relacionadas com o autocuidado) de forma autónoma. A resposta à questão baseia-se na avaliação subjetiva realizada pelos técnicos.

Figura 86 – Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2020

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 87 – Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2020

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A oferta de serviços de apoio dirigidos a Pessoas Idosas tem crescido nos últimos anos, designadamente no âmbito das respostas ERPI e SAD. Nas respostas ERPI têm ganho expressão os serviços de fisioterapia, psicologia e de cabeleireiro, enquanto nos SAD, para além dos serviços de base, também já são disponibilizados em algumas respostas serviços de animação, acompanhamento dos utentes para resolução de assuntos pessoais e obrigações legais, reparações no domicílio e teleassistência.

3.4 Família e Comunidade

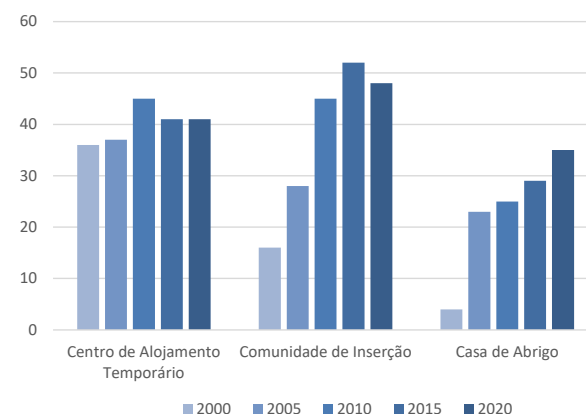
As **respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade** têm como objetivo o apoio a pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade, exclusão ou de marginalização social, quer através do apoio e acompanhamento social, quer através da minimização de situações de carência, podendo compreender um conjunto de ações integradas com vista à inserção social. O **Centro de Alojamento Temporário (CAT)**, a **Comunidade de Inserção** e a **Casa de Abrigo** constituem algumas das respostas dirigidas a este grupo-alvo, de que ainda fazem parte o **Refeitório/Cantina Social**³⁷ e o **Atendimento/Acompanhamento Social**, entre outras. É de referir, ainda, que a resposta de **Ajuda Alimentar** desenvolvida no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas (POAPMC) foi integrada na Carta Social em 2020, constando pela primeira vez na análise deste relatório³⁸.

3.4.1. Número de respostas sociais

A evolução das respostas de apoio à Família e Comunidade revelaram, entre 2000 e 2020, um crescimento muito positivo, que no conjunto das três principais respostas em análise³⁹ se cifrou em 121 %, o que reflete o apoio desenvolvido essencialmente por entidades não lucrativas com participação pública.

A Comunidade de Inserção e, sobretudo, a Casa de Abrigo, constituem as respostas que maior desenvolvimento têm apresentado, designadamente as Casas de Abrigo que registaram no período 2000-2020, um aumento superior a 30 novas respostas.

Figura 88 – Evolução de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

³⁷ Atendendo ao facto da informação obtida não ser precisa quanto à natureza da resposta, ou seja, se se trata de respostas instituídas, nos últimos anos, no âmbito da RSES e/ou de cantinas no quadro do Programa de Emergência Social (PES), optou-se por não se apresentar a informação relativa à resposta Refeitório/Cantina Social.

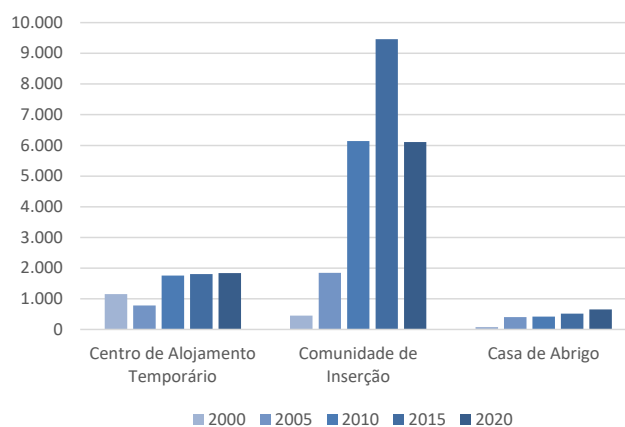
³⁸ Atendendo que a resposta de Ajuda Alimentar desenvolvida no âmbito do POAPMC foi integrada na Carta Social pela primeira vez em 2020 será analisada de forma autónoma, não sendo tratada no âmbito das respostas sociais para a Família e Comunidade.

³⁹ CAT, Comunidade de Inserção e Casa de Abrigo.

3.4.2. Capacidade

A capacidade das respostas dirigidas a este grupo-alvo tem acompanhado o aumento do número de respostas. À semelhança dos anos anteriores, a Comunidade de Inserção, embora com algumas oscilações no período em análise, consistia na resposta que dispunha de maior capacidade, seguida da Casa de Abrigo.

Figura 89 – Evolução da capacidade de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2020

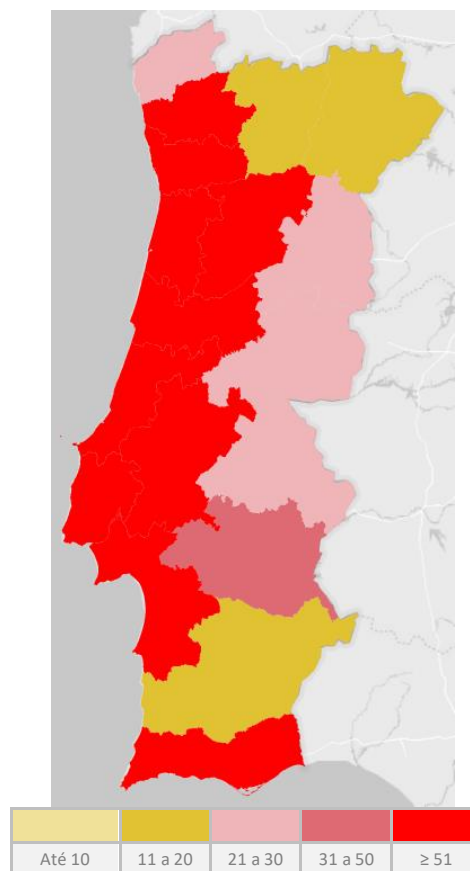


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.4.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas ao apoio à Família e Comunidade evidencia uma concentração acentuada de respostas nos distritos dispostos ao longo da faixa litoral. Os distritos de Lisboa, Porto, Aveiro e Setúbal reuniam em conjunto, em 2020, 49 % da oferta no Continente.

Figura 90 – Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2020

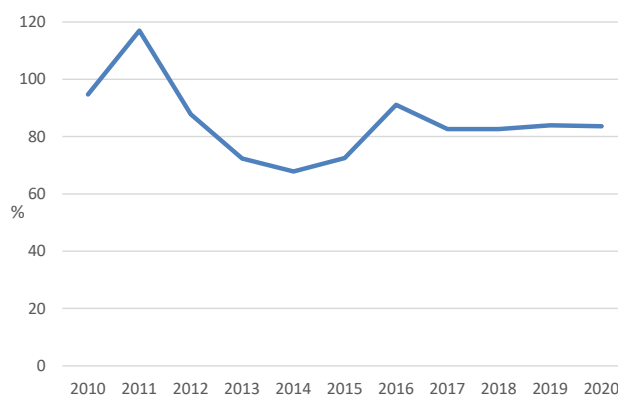


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.4.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização média das principais respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade em análise⁴⁰, registou no período 2010-2020 algumas oscilações, contudo é de destacar uma estabilização da utilização em torno dos 80 %, desde 2016. Em 2020, a taxa de utilização média situou-se em 84 %.

Figura 91 – Evolução da taxa de utilização de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2010-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

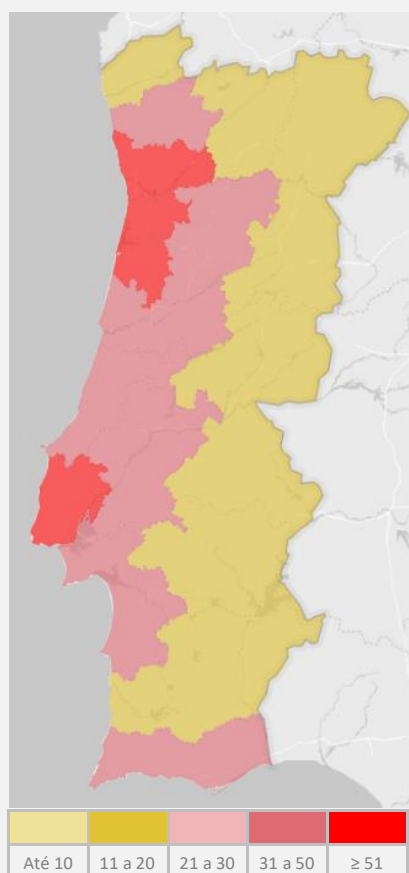
⁴⁰ CAT, Comunidade de Inserção e Casa de Abrigo.

3.4.5. A resposta/atividade de distribuição de Ajuda Alimentar

O **Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)** aprovado pela Comissão Europeia (CE), através da Decisão de Execução C (2014) 9621, de 17 de dezembro de 2014, coordenado politicamente sob a responsabilidade conjunta dos Ministros do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Planeamento, mobiliza em Portugal o Fundo Europeu de Apoios às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), cujos objetivos específicos visam contribuir para a atenuação das formas mais graves de pobreza mediante a prestação de assistência às pessoas mais carenciadas, nomeadamente através da concessão de alimentos e ou bens de primeira necessidade e a realização de atividades de inclusão social vocacionadas para a integração social de pessoas nessas condições. Em resultado da celebração de um memorando de cooperação entre o GEP e a Autoridade de Gestão do POAPMC, a Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação de 2020, integrou, pela primeira vez, os elementos relativos à atividade de distribuição de Ajuda Alimentar desenvolvida no âmbito do POAPMC no território continental. Por este motivo, a análise desta resposta é feita em separado tendo por base os elementos disponíveis, situação que deverá ser tida em conta na análise da informação.

No âmbito da distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade às pessoas mais carenciadas, o POAPMC apoia-se num conjunto de entidades parceiras, distinguindo-se as que assumem funções de polo de receção (entidades coordenadoras) que recebem e armazenam os géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade e coordenam a operação, e as que distribuem diretamente os bens aos destinatários finais (entidades mediadoras). Em 2020, encontravam-se registadas na Carta Social 622 respostas/**atividades de distribuição de Ajuda Alimentar**, 95 % das quais desenvolvidas no âmbito do POAPMC por entidades mediadoras ou que assumiam simultaneamente funções de coordenação e mediação. A atividade de Ajuda Alimentar encontrava-se disseminada pelo Continente, todavia era notória uma maior presença deste apoio nos distritos mais populosos do litoral. Os distritos de Lisboa, Porto e Aveiro reuniam em conjunto, em 2020, 34 % deste apoio.

Distribuição territorial da resposta/atividade de distribuição de Ajuda Alimentar, por distrito – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.4.6. A resposta social Acolhimento Familiar

Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens

A resposta **Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens**⁴¹ destina-se a crianças e jovens até aos 18 anos em situação de perigo a quem as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou o Tribunal tenha aplicado uma medida de promoção e proteção. Esta resposta consiste numa medida de caráter temporário, concretizada através da atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a integração em meio familiar, bem como a prestação de cuidados adequados às necessidades, bem-estar e educação necessária ao desenvolvimento integral das crianças e dos jovens. O objetivo desta resposta, prosseguida através das famílias de acolhimento, é assegurar à criança ou ao jovem um meio sociofamiliar adequado ao desenvolvimento da sua personalidade, em substituição da família natural, enquanto esta não disponha de condições. Para além disso, constituem, também, objetivos da resposta afastar o perigo em que a criança ou jovem se encontra, proporcionar as condições que permitam proteger e promover a segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral da criança ou jovem e garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência

O **Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência ou Incapacidade**⁴², resposta desenvolvida por famílias consideradas idóneas, consiste no acolhimento familiar de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos ou de pessoas adultas com deficiência ou incapacidade (com idade igual ou superior a 18 anos), de forma temporária ou permanente e a tempo completo ou a tempo parcial. O objetivo desta resposta é assegurar à pessoa um meio sociofamiliar e afetivo adequado à satisfação das suas necessidades básicas e ao respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade.

Pese embora disponha de enquadramento e objetivos distintos conforme o grupo-alvo a que se destina, a resposta de Acolhimento Familiar⁴³ no âmbito deste relatório continua a ser analisada de forma agregada.

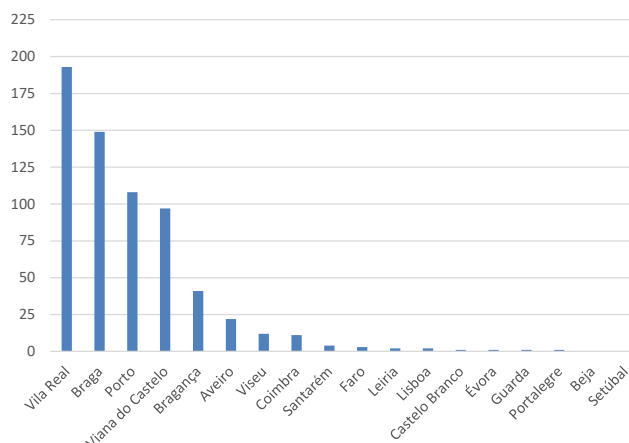
⁴¹ O Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, veio regular o regime de aplicação do acolhimento familiar de crianças e jovens, previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - que aprovou a proteção de crianças e jovens em perigo.

⁴² O regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência é regulado pelo Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de outubro.

⁴³ A informação relativa à resposta de Acolhimento Familiar é recolhida e atualizada por via administrativa, não sendo alvo de atualização pelas entidades.

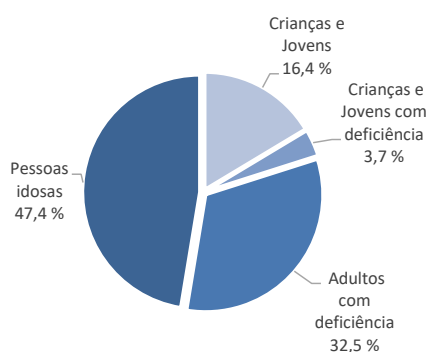
No ano de 2020, contabilizaram-se 648 famílias de acolhimento no território continental, valor que reflete um decréscimo de 6 p.p. por relação a 2019. É de destacar que, em 2020, 96 % das famílias estavam concentradas em sete distritos da região Norte (Vila Real, Braga, Porto, Viana do Castelo, Bragança, Aveiro e Viseu), o que revela a fraca disseminação desta resposta no restante território do Continente. É de destacar, ainda, que os distritos de Beja e Setúbal não dispunham de qualquer família de acolhimento.

Figura 92 – Distribuição da reposta social Família de Acolhimento por distrito – 2020



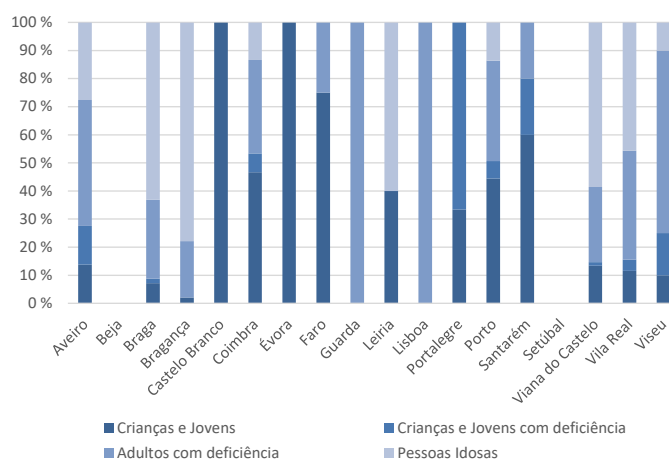
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 93 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 94 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Do universo de pessoas acolhidas em famílias de acolhimento, as Pessoas Idosas representavam 47 % do total, em 2020, todavia em termos de distribuição territorial o acolhimento de pessoas mais idosas tinha registo em apenas nove distritos, maioritariamente da região Norte. As Crianças e Jovens, embora constituíssem o terceiro grupo-alvo em termos de peso relativo (16 %), estavam representados num maior número de distritos do território continental (14 distritos).

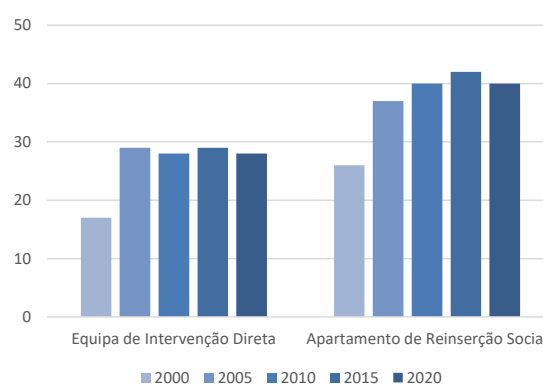
3.5 Pessoas Toxicodependentes

As respostas sociais dirigidas a **Pessoas Toxicodependentes** visam o apoio à população toxicodependente e às respetivas famílias, quer através de **unidades de intervenção**, quer em equipamento, por via do **acolhimento temporário destas pessoas** que após a sua saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

3.5.1. Número de respostas sociais

As respostas sociais destinadas a pessoas toxicodependentes evidenciaram, entre 2000 e 2020, um crescimento positivo (58 %), que se traduziu em mais 25 novas respostas.

Figura 95 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2020



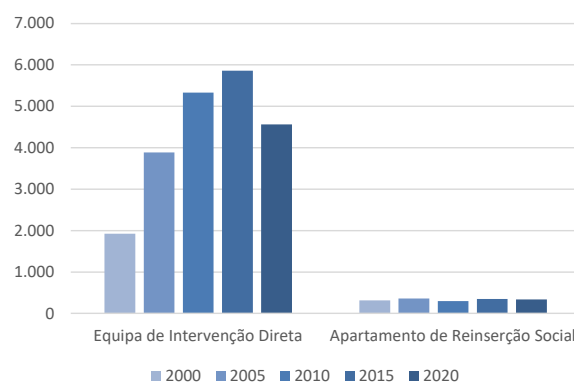
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.5.2. Capacidade

No que diz respeito à capacidade, embora a partir de 2015 se tenha verificado uma descida da oferta, visível sobretudo ao nível das equipas de intervenção, no conjunto do período de análise (2000-2020) o crescimento foi de 119 % no total da capacidade de apoio nas respostas dirigidas a este grupo-alvo.

De referir, ainda, que as Equipas de Intervenção Direta representavam, em 2020, 93 % da capacidade de resposta para Pessoas Toxicodependentes.

Figura 96 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2020



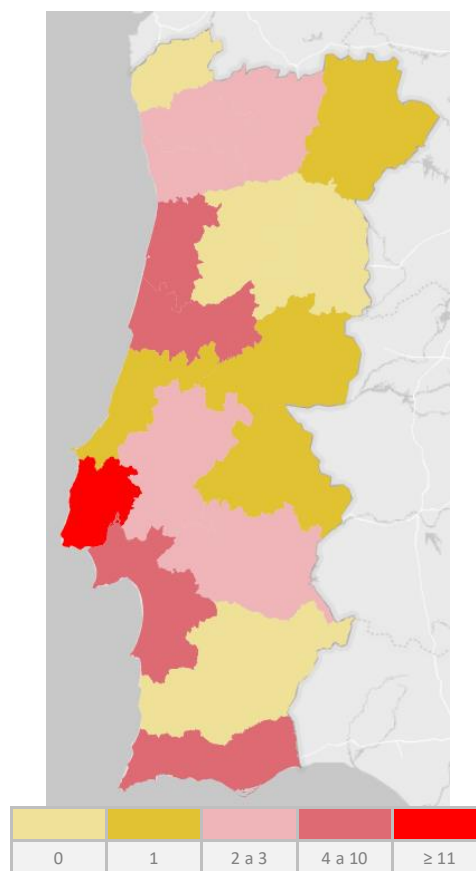
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.5.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo evidenciavam, em 2020, grandes assimetrias no território continental. Os distritos situados ao longo da faixa litoral continuavam a registar um número mais elevado de respostas dirigidas às Pessoas Toxicodependentes.

Lisboa consistia, em 2020, o distrito com maior número de respostas, concentrando 43 % do número total das respostas existentes.

Figura 97 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, distrito – 2020

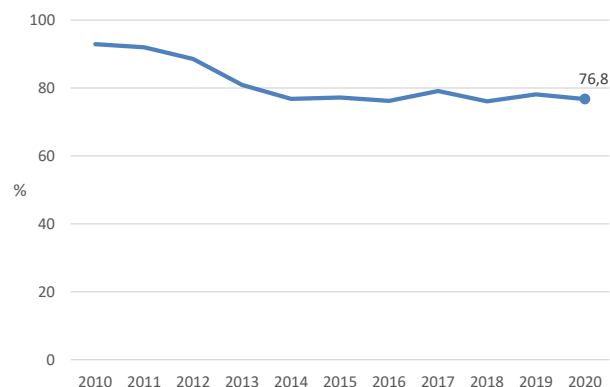


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.5.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social situou-se, em 2020, em 77 %, mantendo-se abaixo de 80 % desde 2014.

Figura 98 – Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 2010-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

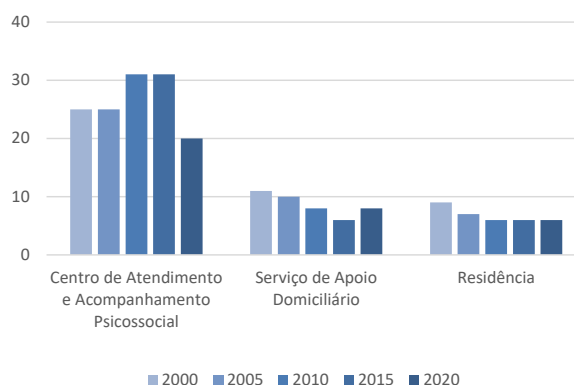
3.6 Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

As respostas sociais que visam o **apoio a pessoas infetadas pelo VIH/SIDA e às suas famílias** têm por objetivo a promoção da autonomia, integração social e a saúde, dividem-se em três tipos: **Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial**, **Serviço de Apoio Domiciliário** e **Residência para Pessoas infetadas com o VIH/SIDA**.

3.6.1. Número de respostas sociais

O número de respostas sociais do âmbito da RSES dirigidas a pessoas com VIH/SIDA apresenta uma tendência de decréscimo (- 20%), entre 2000 e 2020, em todas as tipologias.

Figura 99 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2020

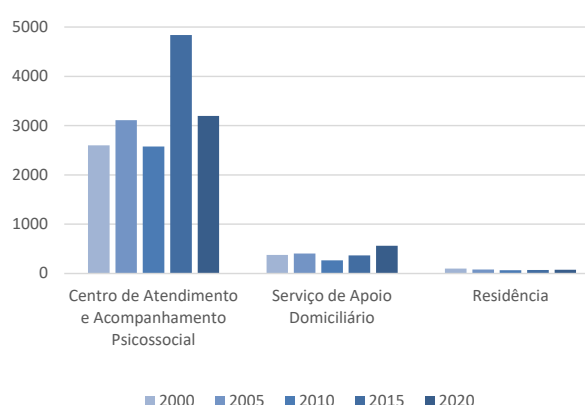


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.6.2. Capacidade

Quanto à capacidade instalada do conjunto das respostas dirigidas a este grupo-alvo é de salientar um crescimento de 25 %, no período 2000-2020, não obstante as oscilações registadas nos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial.

Figura 100 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2020



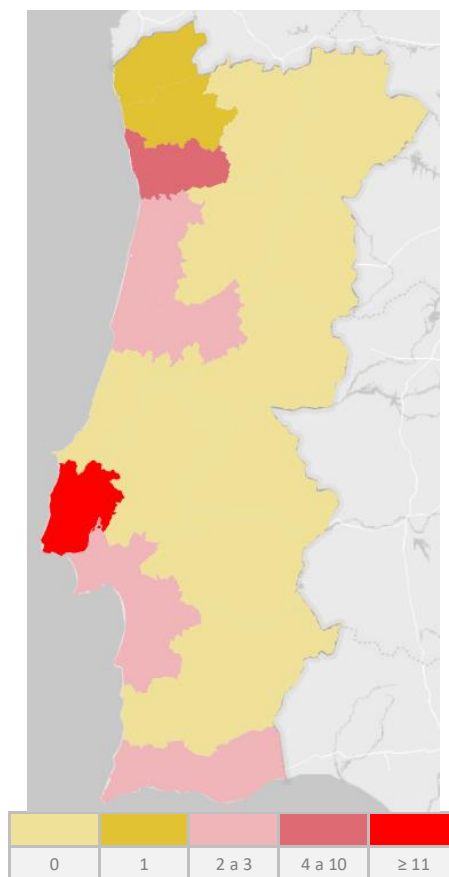
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.6.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial das respostas sociais que visam o apoio a Pessoas com VIH/ SIDA revela a presença destas tipologias, apenas, em oito distritos do litoral do território continental.

Em 2020, o distrito de Lisboa reunia 53 % das respostas, seguido pelo distrito do Porto (12 %).

Figura 101 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2020

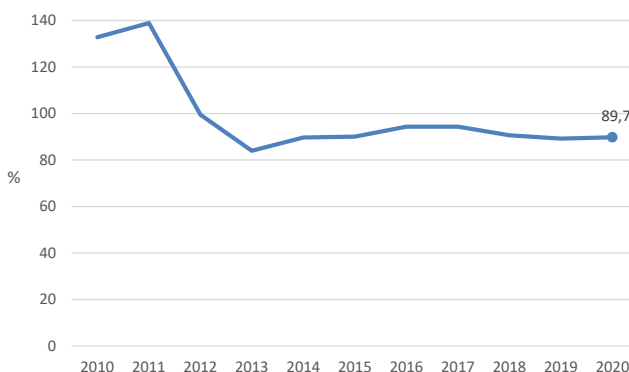


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.6.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização das respostas dirigidas a este grupo-alvo, ainda que tenha registado valores acima da lotação máxima até 2011, apresentou nos últimos anos uma redução acentuada da utilização média. Em 2020, a taxa de utilização média do conjunto das respostas sociais dirigidas a esta população situou-se em 89,7 %.

Figura 102 – Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2010-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

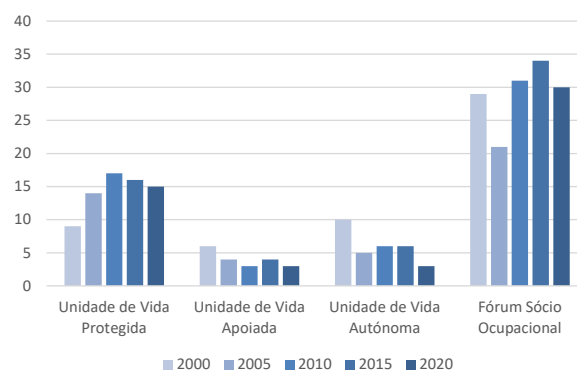
3.7 Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

As respostas do âmbito da RSES dirigidas a **Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico** abrangem um conjunto de respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social dirigidas a pessoas com doença mental grave de que resulte incapacidade psicossocial, e que se encontrem em situação de dependência física, psíquica ou social, transitória ou permanente. Estas respostas têm como objetivo promover a reabilitação, a autonomia e a integração sociofamiliar e profissional, dividindo-se em quatro tipo de respostas em função da gravidade da doença e do grau de autonomia da pessoa: **Fórum Socio-ocupacional, Unidade de Vida Autónoma, Unidade de Vida Apoiada e Unidade de Vida Protegida**.

3.7.1. Respostas sociais

O conjunto das respostas sociais que visam o apoio a Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, do âmbito da RSES, registaram, no período de análise, alguma oscilação marcada por uma tendência de decréscimo. Saliente-se que de acordo com o artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 8/2010⁴⁴, de 28 de janeiro, iniciou-se a reconversão progressiva destas tipologias de resposta, criadas no âmbito do Despacho Conjunto n.º 407/98, de 18 de junho, ou respostas idênticas já existentes, em unidades e equipas de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (CCISM).

Figura 103 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2020

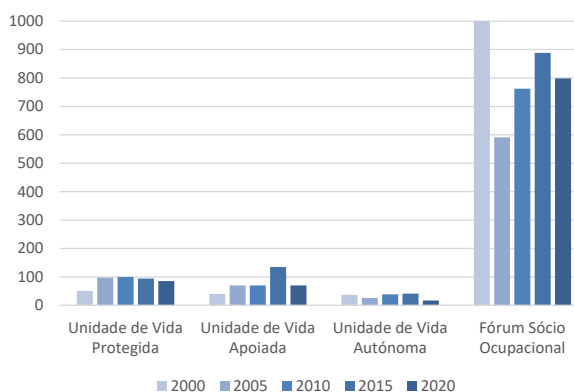


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.7.2. Capacidade

Ao nível da capacidade instalada destas tipologias de resposta, é de evidenciar, igualmente, algumas oscilações, no período 2000-2020, sendo visível uma quebra em consonância com o número de respostas.

Figura 104 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

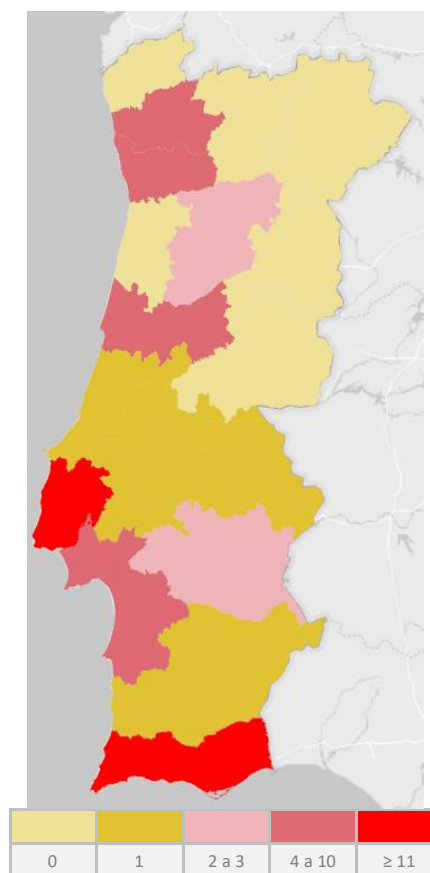
⁴⁴ O Decreto-Lei n.º 8/2010, de 28 de janeiro, cria um conjunto de unidades e equipas de cuidados continuados integrados de saúde mental (CCISM).

3.7.3. Distribuição territorial

A distribuição de respostas sociais para pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico apresentava, em 2020, disparidades no território continental, sendo notório um maior número destas unidades no sul do país.

Lisboa continuou a ser o distrito com maior número de respostas, registando cerca de 39 % do total.

Figura 105 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito – 2020

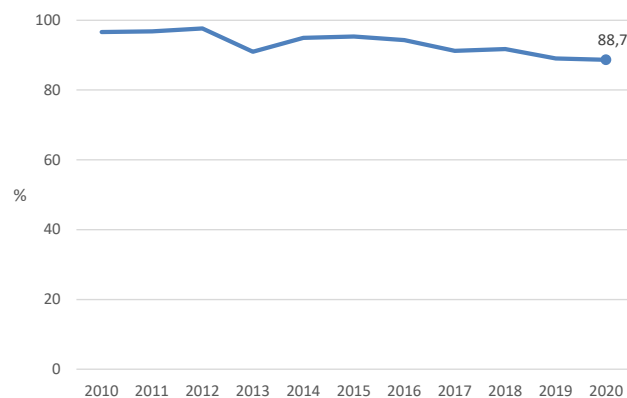


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.7.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização média das respostas sociais direcionadas para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico tem evidenciado uma quebra, desde 2015, fixando-se, em 2020, em 88,7 %.

Figura 106 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

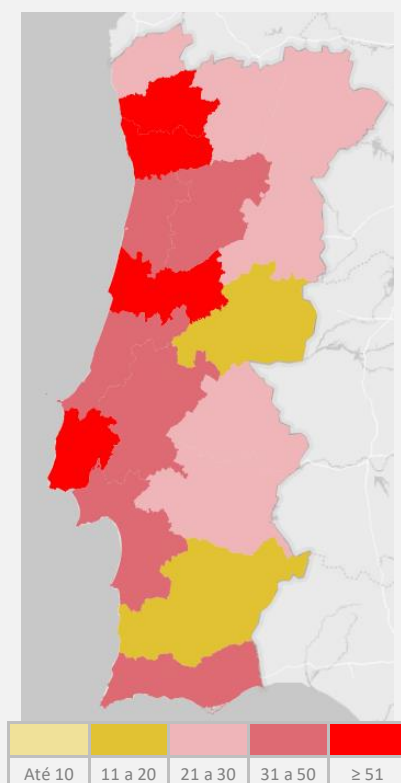
3.8 Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados

Em 2006, o Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho veio estabelecer a operacionalização da estratégia nacional conjunta entre os setores da saúde e da segurança social para a prestação de cuidados de saúde integrados, através de uma rede nacional e intersectorial, a **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**. Este novo paradigma veio assim agilizar e ajustar as respostas aos grupos de pessoas em situação de dependência e aos diferentes momentos e circunstâncias da própria evolução das patologias e situações sociais, sendo simultaneamente, promotoras de autonomia e participação dos destinatários, reforçando as capacidades e competências das famílias para lidar com essas situações, nomeadamente no que respeita ao acompanhamento familiar e à harmonização entre a vida familiar e vida profissional. A RNCCI é tutelada pelos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde, sendo formada por um conjunto de instituições públicas e privadas que prestam cuidados continuados de saúde e de apoio social.

A RNCCI é constituída por unidades de internamento, designadamente **Unidades de Cuidados Continuados de Convalescença (UC)**, **Unidades de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação (UMDR)**, **Unidades de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção (ULDM)** e **Equipas Domiciliárias de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)** de saúde e de apoio social, entre outras unidades de cuidados com menor expressão e dirigidas a grupos específicos, de que são exemplo os **Cuidados Pediátricos** e a **Saúde Mental**.

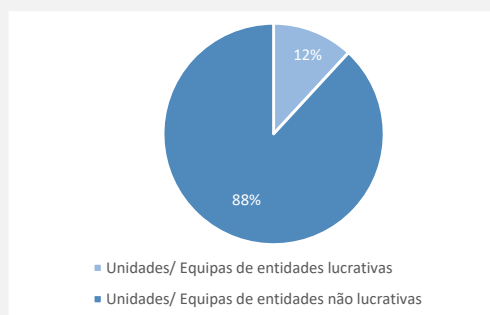
A Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação, recolhe desde 2019 informação relativa às unidades e equipas que compõem a RNCCI. Por este motivo, a análise destas unidades é feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis. Em 2020, por referência a 31 de dezembro, encontravam-se registadas na Carta Social 691 unidades e equipas de cuidados continuados integrados no território continental, 88 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, i.e., da rede pública e da rede solidária. Os distritos de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga concentravam o maior número de unidades/equipas. O número total de lugares fixou-se em cerca de 15 500, dos quais quase cerca de 1/3 encontravam-se distribuídos pela região Norte.

Distribuição territorial das Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados, por distrito – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição percentual das unidades/ equipas de cuidados continuados integrados, por natureza jurídica da entidade proprietária – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição territorial da percentagem de unidades/equipas de cuidados continuados integrados por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2020

NUTS II	Total (%)	Unidades/ Equipas de entidades lucrativas (%)	Unidades/ Equipas de entidades não lucrativas (%)
Norte	32,9	29,3	33,3
Centro	31,7	34,1	31,4
Área Metropolitana de Lisboa	13,9	29,3	11,8
Alentejo	14,3	3,7	15,8
Algarve	7,2	3,7	7,7
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

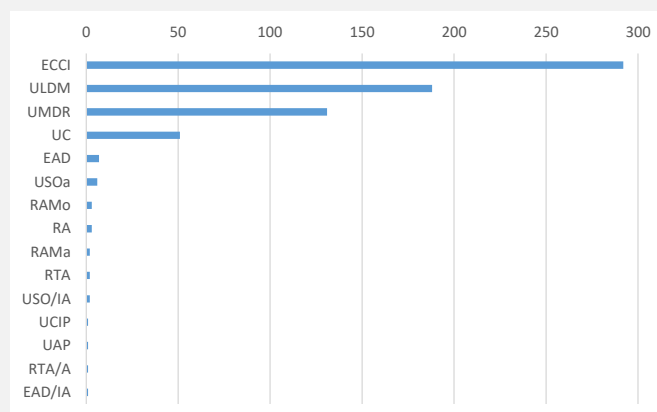
Distribuição territorial da percentagem de lugares em unidades/equipas de cuidados continuados integrados, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2020

NUTS II	Total (%)	Unidades/ Equipas de entidades lucrativas (%)	Unidades/ Equipas de entidades não lucrativas (%)
Norte	30,5	27,7	31,0
Centro	27,7	34,4	26,4
Área Metropolitana de Lisboa	21,2	29,3	19,7
Alentejo	12,1	3,4	13,7
Algarve	8,5	5,2	9,1
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Quanto à tipologia de resposta, as ECCI na vertente domiciliária e as ULDM na vertente de internamento, eram as unidades com maior número de lugares, em 2020, seguidas das UMDR.

Distribuição do número de lugares em unidades/equipas de cuidados continuados integrados, por tipologia – 2020



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público

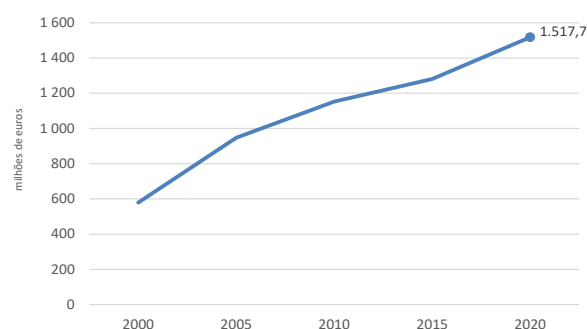
4.1. Despesa de funcionamento

O funcionamento das respostas sociais que compõem a RSES é suportado pelos acordos de cooperação⁴⁵, celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), a comparticipação do utente e/ou dos familiares e as receitas próprias das instituições.

A despesa pública com acordos de cooperação registou, entre 2000 e 2020, um crescimento de 162 %, traduzindo a atualização anual dos valores da comparticipação pública por utente e o aumento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação.

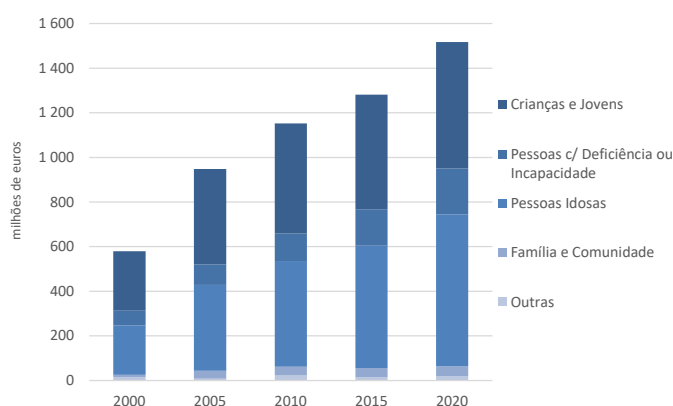
Em 2020, a despesa pública referente a acordos de cooperação para funcionamento das respostas sociais cifrou-se em 1 517 milhões de euros, 44,8 % da qual dirigia-se a respostas de apoio a Pessoas Idosas e 37,3 % a Crianças e Jovens. É de salientar, a este nível, que a despesa com respostas para a população idosa, ultrapassa desde 2012 a despesa com respostas para as Crianças e Jovens, sendo que em 2020 esta diferença situava-se em 114 milhões de euros.

Figura 107 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2020



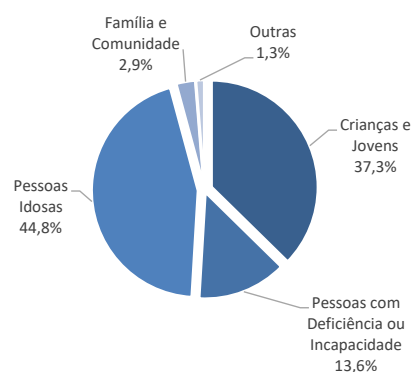
Fonte: IGFSS-MTSSS, Conta da Segurança Social.

Figura 108 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2020



Fonte: IGFSS-MTSSS, Conta da Segurança Social

Figura 109 – Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população alvo, Continente – 2020



Fonte: IGFSS-MTSSS, Conta da Segurança Social

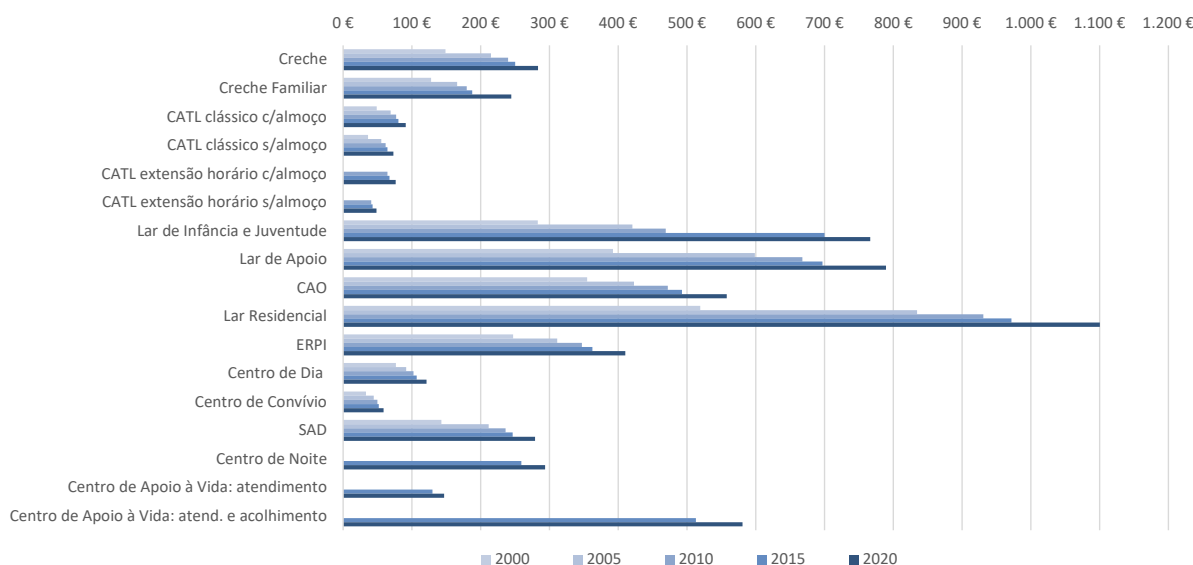
⁴⁵ O Protocolo de Cooperação estabelecido bienalmente entre os ME, MTSSS e o MS e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela UMP, a CNIS, a UM e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, de 29 de novembro, que define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

A despesa com as respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, embora registasse, em 2020, um peso relativo de 13,6 %, apresentou, juntamente com a despesa em respostas dirigidas à Família e Comunidade, o crescimento mais acentuado (216,4 % e 316,9 %, respetivamente), entre 2000 e 2020.

4.2. **Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação**

O valor da comparticipação financeira da Segurança Social, por força dos acordos de cooperação celebrados para as respostas sociais abrangidas pelo Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2019-2020⁴⁶, foi aumentado em 3,5 % em 2020, face a 2019. As respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade continuavam a constituir as respostas com os valores mais elevados de comparticipação por utente, designadamente o Lar Residencial, o Lar de Apoio e o CAO. No âmbito das Crianças e Jovens em situação de perigo, a resposta Lar de Infância e Juventude, por efeito da reestruturação de que foi alvo, beneficiou de um incremento no valor da comparticipação financeira a partir de 2013, constituindo a terceira resposta social com maior comparticipação financeira por utente.

Figura 110 – Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2020



Fonte: Protocolos de Cooperação e Compromissos de Cooperação para o Sector Social e Solidário

⁴⁶ Disponível em https://www.seg-social.pt/documents/10152/453857/Protocolo_cooperacao_2019_2020.pdf/555fdcce-c89f-4820-aaab-9d2fb8b48b7f

ANEXOS

Nomenclaturas e Conceitos

Despacho de Aprovação do Secretário de Estado da Segurança Social, exarado em 2006/1/19

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Crianças e Jovens

AMA

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2.º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

CRECHE FAMILIAR

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.

CRECHE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES - CATL

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

Crianças e Jovens com Deficiência

INTERVENÇÃO PRECOCE

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.

LAR DE APOIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo

CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e proteção, visando a sua integração em meio familiar.

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento – apartamento inserido na comunidade local – destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

POPULAÇÃO ADULTA

Pessoas Idosas

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE CONVÍVIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades socio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

CENTRO DE DIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

CENTRO DE NOITE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

RESIDÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial.

LAR DE IDOSOS

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – ERPI

(Nova denominação das respostas residenciais para pessoas idosas, substituindo as designações lar de idosos e residência para idosos, nos termos da Portaria n.º 67/2012, de 21 de março.)

Considera-se estrutura residencial para pessoas idosas, o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir uma das seguintes modalidades de alojamento: a) Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; b) Quartos e c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

Pessoas Adultas com Deficiência

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como atividades de animação sociocultural.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS – CAO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.

LAR RESIDENCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Pessoas em Situação de Dependência

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

UNIDADE DE VIDA APOIADA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

Pessoas Sem-Abrigo

EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

ATELIER OCUPACIONAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Família e Comunidade em Geral

ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

GRUPO DE AUTO-AJUDA

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

CENTRO COMUNITÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

CENTRO DE APOIO À VIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

COMUNIDADE DE INSERÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO – CAT

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

AJUDA ALIMENTAR

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

Pessoas com VIH/Sida e Suas Famílias

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL – CAAP

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

RESIDÊNCIA PARA PESSOAS INFETADAS PELO VIH/SIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

Pessoas Toxicodependentes

EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRETA

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afetadas por este fenómeno.

APARTAMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

CENTRO DE ATENDIMENTO

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnicas e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a proteção destas.

CASA DE ABRIGO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

GRUPO FECHADO DE RESPOSTAS PONTUAIS

APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS

Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

APOIO EM REGIME AMBULATORIO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve atividades de avaliação orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

IMPrensa BRAILLE

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às atividades de natureza cultural e recreativa.

ESCOLA DE CÃES-GUIA

Equipamento onde se desenvolvem atividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.



Carta Social



REPÚBLICA
PORTUGUESA

TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL



Gabinete de Estratégia
e Planeamento

MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL